



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO – CET

ANA CAROLINA DE FREITAS QUINTILIANO

**IMAGINÁRIO POPULAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NO
PLANO PILOTO TURISTIFICADO DE BRASÍLIA**

BRASÍLIA/DF

2021



ANA CAROLINA DE FREITAS QUINTILIANO

IMAGINÁRIO POPULAR E CONFLITOS TERRITORIAS NO PLANO PILOTO TURISTIFICADO DE BRASÍLIA

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Co-orientador: Prof. Dr. Vitor João Ramos Alves

Brasília/DF

2021



ANA CAROLINA DE FREITAS QUINTILIANO

**IMAGINÁRIO POPULAR E CONFLITOS TERRITORIAS NO PLANO PILOTO
TURISTIFICADO DE BRASÍLIA**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Orientador) – (GEA/CET/UnB)

Prof. Dr. Vítor João Ramos Alves– (Co-orientador) (Gecipa/CET/UnB)

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho (Geografia/UnB)

Profa. Mtre. Gabriela Vilela de Sousa – (Gecipa/UnB)

Mtro. Daniel Rodríguez Ventura (IGG/UNAM)

AGRADECIMENTOS

Aqui cabe tanto.

Desde meus pais, que estiveram sempre trabalhando para que pudessem nos dar acesso à uma educação cada vez melhor. Aos professores, que encontrei nessa caminhada e que me inspiraram e me inspiram ao conhecimento. Aos amigos que fiz, e que fizeram tudo mais leve. Ao amor que recebi de tanta gente, quando alguns tentavam me fazer menos. À “minha amor”, que ao meu lado me ajuda e acredita que eu posso realizar tanto. Me cabe aqui também, pela sede do conhecimento, que no fim dessa jornada, vejo que só cresce, e que não para aqui.

A produção científica é uma jornada e, com certeza, com a ajuda e inspiração de tanta gente, posso dizer que não foi fácil, mas aprendi não somente sobre o tema, e sim sobre a vida. E com certeza saio dessa etapa um pouco mais próxima de mim, do mundo e com muitas janelas de conhecimento para acessar.

A todos e todas, muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho enfoca o Plano Piloto turistificado, com o objetivo de evidenciar vulnerabilidades e conflitos territoriais advindos dos usos e relações sociais no espaço. Metodologicamente, busca-se, através de imagens e imaginários de trabalhadores e residentes da Capital (recuperado através de entrevistas semiestruturadas), perceber, mesmo que em segundo plano, se o imaginário popular influencia e suporta os conflitos territoriais existentes. A partir disso, serão propostas algumas soluções viáveis para dar corpo à presente análise, a partir do olhar do turismo, com finalidade de encontrar novos caminhos para a construção de novos imaginários do Plano Piloto turistificado.

Palavras-chaves: Plano Piloto, Brasília, turismo, conflitos territoriais, imaginário popular.

ABSTRACTO

El presente trabajo se centra en el Plan Piloto turístico, con el objetivo de resaltar las vulnerabilidades y conflictos territoriales derivados de los usos y relaciones sociales en el espacio. Metodológicamente, busca, a través de imágenes e imaginarios de trabajadores y vecinos de la Capital (recuperados a través de entrevistas semiestructuradas), percibir, aunque sea de fondo, si el imaginario popular influye y apoya los conflictos territoriales existentes. A partir de esto, se propondrán algunas soluciones viables para plasmar este análisis, desde la perspectiva del turismo, con el objetivo de encontrar nuevas formas de construir nuevos imaginarios del Plan Piloto turístico.

Palabras clave: Plano Piloto, Brasilia, turismo, conflictos territoriales, imaginación popular.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escalas de setorização do Plano Piloto.	17
Figura 2 - Relação dos principais atrativos em Brasília – 2013.	18
Figura 3 – Vista do Congresso Nacional ao amanhecer.	19
Figura 4 – Vista do Pilotis com livre circulação no Plano Piloto.....	20
Figura 5 – Saída de campo da disciplina de graduação Geografia e Turismo (UnB) para o Complexo Cultural da República.....	20
Figura 6 – Rodoviária do Plano Piloto domingo.	21
Figura 7 – Rodoviária do Plano Piloto em horário comercial.	23
Figura 8 – Protesto reivindica por investimento e reabertura do Teatro Nacional Cláudio Santoro em 2016.	41
Figura 9 – O venezuelano Jéfferson Daniel pedindo ajuda em semáforo na área central da capital.	43
Figura 10 – Relação de pessoas em situação de rua que foram afetadas pelo projeto atuante no Setor Comercial Sul.	44
Figura 11 – DF Legal recolhe doações e documentações fornecidas pelo Instituto No Setor às pessoas em situação de rua no Setor Comercial Sul.....	45
Figura 12 – Horta comunitária do Setor Comercial Sul é destruída pela Novacap.	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição do local em que as pessoas exerciam seu trabalho principal, Distrito Federal, 2018.....	23
Gráfico 2 – Distribuição do local em que as pessoas exerciam seu trabalho principal, Distrito Federal (Grupo 1, Grupo 2, Grupo 3, Grupo 4), 2018.	24
Gráfico 3 – Costuma realizar atividades no Plano Piloto em seu tempo livre?	30
Gráfico 4 – Quais localidades NÃO costuma frequentar no seu dia a dia para lazer?. 31	
Gráfico 5 – Por que não frequenta esses lugares?	31
Gráfico 6 – Em sua percepção, o que poderia melhorar a sua vivência em Brasília? . 32	
Gráfico 7 – Cite problemas identificados por você que deveriam ser solucionados em Brasília?.....	33
Gráfico 8 – O que você já escutou sobre a capital que não corresponde com a sua percepção sobre Brasília?	34
Gráfico 9 - Qual a imagem que vem à sua mente quando pensa em Brasília (Plano Piloto)?	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
Justificativa	9
Problema de pesquisa.....	11
Objetivos	11
Procedimentos Metodológicos	12
Estrutura de Redação	13
1 – O LUGAR E O TURISMO, AS DINÂMICAS ESPACIAIS E O IMAGINÁRIO	14
1.1 – A setorização da cidade racional e os usos do Território.....	16
1.2 – Cenários e interpretações do Plano Piloto.....	22
2 – A INFLUENCIA DO IMAGINÁRIO NO COTIDIANO DA CAPITAL	27
2.1 – Perspectivas de trabalhadores e residentes do Plano Piloto turistificado.....	29
3 – IMAGINÁRIO E CONFLITOS TERRITORIAIS DO/NO PLANO PILOTO TURISTIFICADO	38
3.1 – O imaginário imposto no Plano Piloto turistificado	39
3.2 – Vulnerabilidades no Plano Piloto turistificado	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERENCIAS	50
APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO AOS TRABALHADORES E MORADORES DO PLANO PILOTO	53

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o principal sítio turistificado de Brasília, conhecido como Plano Piloto, bem como seus conflitos territoriais, a partir da perspectiva do imaginário popular. No projeto desenvolvido por Lúcio Costa e executado no mandato de Juscelino Kubistchek, Brasília foi dividida em setores e, desde sua concepção, a escala mais reconhecida e com foco maior de atuação do Turismo é o Eixo Monumental, que concentra também a arquitetura de Oscar Niemeyer.

Trata-se de uma tentativa de interpretar esse espaço focal do turismo cívico na capital do Brasil, que constantemente apresenta cenários contraditórios em meio aos seus setores planejados, que impactam tanto nas atividades turísticas vigentes como também na vivência cotidiana no território.

Sabendo que o cotidiano na região turistificada de Brasília é feito também pela movimentação de trabalhadores durante o dia, sendo esses residentes ou não do Plano Piloto, juntamente com a visita de turistas, a localidade constantemente se encontra com ruas vazias, órgãos fechados e escassa oferta de serviços aos visitantes e trabalhadores durante a noite e finais de semana. Devido à falta de movimentação popular na região no período noturno, pessoas em situação de vulnerabilidade, de violência e sem assistência governamental acabam por ocupar esses espaços centrais em Brasília.

Para entender os conflitos existentes no setor mais relevante ou atrativo turístico do Distrito Federal (DF), em relação a sua visibilidade mundial, este estudo monográfico busca (através da perspectiva do imaginário dos trabalhadores pendulares e residentes da região administrativa), dialogando com Costa e Peluso (2016, p. 6), “(...) capturar o movimento socioterritorial, a partir daqueles que nela vivem, experimentam e recriam seu mais intenso e dramático cotidiano”, para assim relacionar o *modos operandi* da capital turística com as perspectivas desses grupos sociais. O estudo analisa os conflitos territoriais por meio dos imaginários, desde o no Plano Piloto turistificado”.

Justificativa

Quando falamos de imaginários no turismo é comum que o termo esteja associado à percepção do visitante em relação ao destino turístico. Isso se dá por conta do olhar pautado no planejamento do “produto turístico”, na tentativa

de entender as necessidades do turista para atraí-lo à região desejada. Esse imaginário pode funcionar como base do planejamento turístico, para incentivar e trabalhar as motivações de viagem do turista, sendo parte fundamental no planejamento e implementação do atrativo (Gastal, 2005).

Porém, é importante perceber que o destino também tem seus atores ativos diariamente, onde as relações sociais de trabalhadores e residentes no espaço fazem parte da construção da atratividade para o turismo. “O imaginário constituído sobre um dado território pode, ao se fazer coletivo e explícito, induzir um modo de pensar e de agir políticos sobre a cidade: instaura-se, a partir daí, o conflito sócio-territorial.” (Costa et al, 2013, p. 327). Em suma, a mesma preocupação que se tem com o imaginário do visitante dentro da análise turística também deve ser voltada ao imaginário dos agentes que vivenciam e conflitam no território, ou seja, no cotidiano do morador.

Essa necessidade surge justamente para entender a relação do imaginário popular local na produção de conflitos territoriais em espaços turistificados, dado que o imaginário local possui força motriz suficiente para alterar realidades e dinâmicas na localidade, interferindo diretamente na forma de produzir o destino como atrativo. “A representação imaginativa que os sujeitos fazem de sua cidade corresponde à experiência vivida e percebida nesta mesma cidade, somada a gama de outras experiências e interpretações agregadas das relações emotivas e material com o mundo” (Costa e Peluso, 2016, p.6).

Segundo Gravari-Barbas e Graburn (2012) o imaginário evoca uma definição multidimensional, que parte da visão de mundo dos indivíduos ou de grupos sociais (quando em viagem para outros lugares que não aquele de sua residência principal), referindo-se as práticas de turismo e lazer. O imaginário, para os autores, cria o desejo, torna o lugar atrativo, intervém decisivamente na escolha de destinos para viajar, ou seja, é fruto da imaginação do turista.

Se entendemos que o imaginário é capaz de ser ferramenta, mobilizador, e indutor coletivo no espaço concreto, aqui tentaremos visualizar se, pelo imaginário popular, conseguimos extrair devolutivas sobre os conflitos territoriais aparentemente instaurados no espaço urbano, como inspiram os trabalhos de Costa e Peluso (2015), Costa et al (2013), Costa e Alvarado (2019) e Costa (2021), que são referências de estudos sobre Brasília e o Distrito Federal nesse contexto.

No caso da área turistificada do Plano Piloto, buscamos entender se a dinâmica vulnerável existente no primeiro conjunto urbano reconhecido pela Unesco (1987) e tombado pelo IPHAN (1990), pode ser, dentre outras variáveis, produção induzida dos imaginários coletivos de residentes e trabalhadores do local, que contrastam entre si, e entre as necessidades dos demais visitantes, que se manifestam em pulsação durante o dia e descaso durante à noite.

Essa interpretação como objeto de pesquisa pode auxiliar no processo de planejamento do destino turístico, dada a importância de perceber a influência não tão evidenciadas do imaginário coletivo nos setores do Plano Piloto e nas demais regiões administrativas do DF, além de possibilitar novas visões frente às políticas públicas voltadas ao turismo, cultura e lazer na capital. Nesse sentido, o imaginário assume o que Costa (2021) e Costa e Alvarado (2019) entenderam como “predição dialética do imaginário”, que enaltece, metodologicamente, a relação entre espaço e consciência, cotidiano e imaginário.

Problema de pesquisa

A partir desse contexto geral, é possível questionar: o que o imaginário de trabalhadores pendulares e residentes do Plano Piloto turistificado aponta sobre os conflitos territoriais existentes nessa região administrativa do Distrito Federal?

Objetivos

Assim, foi possível identificar os seguintes objetivos geral e específicos.

Objetivo Geral

- Analisar o imaginário dos trabalhadores pendulares e residentes do Plano Piloto, a fim de interpretar os conflitos territoriais presentes na região turistificada evidenciados pelas relações sociais no espaço.

Objetivos específicos

- Entender os conflitos territoriais existentes resultantes das relações sociais no espaço;
- Apreender o imaginário dos moradores e trabalhadores que vivenciam o Plano Piloto turistificado;

- Relacionar o imaginário popular ao fortalecimento dos conflitos territoriais;
- Entender a relação entre planejamento turístico e imaginário popular.

Procedimentos Metodológicos

Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se a pesquisa do tipo qualitativa e de caráter exploratório, pois busca “proporcionar maior familiaridade com o problema” (RODRIGUES, 2007, p. 23).

Em um primeiro momento, foi organizado um projeto de pesquisa que contribuiu para uma revisão bibliográfica inicial, a fim de identificar e analisar os conceitos principais do trabalho, como imaginário, turismo e conflitos territoriais. Livros e artigos científicos contribuíram para a efetivação desta etapa.

Em um segundo momento, para compreender o imaginário dos moradores e residentes da capital, foram realizadas entrevistas semiestruturadas online, devido ao cenário pandêmico da COVID-19 que impedia a realização das saídas de campo para a efetivação das mesmas. As entrevistas foram compostas por 14 perguntas (abertas e fechadas) e conseguiu alcançar o total de 138 respostas, com pessoas de faixa etária entre 20 a 74 anos (ver “Apêndice A”, do modelo semiestruturado das entrevistas). As informações coletadas foram estudadas, sintetizadas e selecionadas para atingir o objetivo geral do trabalho.

A partir dos dados obtidos pelas entrevistas foi possível elaborar 9 gráficos para a consolidação e análise das respostas dos entrevistados. Os gráficos, do tipo colunas, barras e pizza, apontam uma dimensão estatística sobre os tópicos estruturantes do modelo das entrevistas. Vale ressaltar que a pesquisa não se prende às análises cartesianas do pensamento científico. A proposta construída vai além, a partir de um questionamento sistemático das problemáticas identificadas no trabalho. Assim, os gráficos contribuíram para a apresentação dos resultados da pesquisa (ver capítulo 2) e deram base para as discussões teóricas com os principais autores citados, revendo os conceitos e avançando na perspectiva crítica proposta, a partir dos objetivos específicos elencados (ver capítulo 3).

Estrutura de Redação

Assim, o presente trabalho está estruturado em um **primeiro capítulo** que busca apreender as influências do fenômeno turístico nas dinâmicas espaciais, contextualizando a partir de características da Capital, abordando conceitos sobre o turismo, sua interação com as relações sociais no espaço, e como o imaginário está envolvido nesse contexto.

O **segundo capítulo** aborda a questão do imaginário, evidenciando, através de entrevistas semiestruturadas, as percepções de trabalhadores e residentes ao Plano Piloto turistificado.

E o **terceiro capítulo** analisa os resultados coletados, bem como aborda alguns conflitos territoriais presentes no Plano Piloto turistificado, afim de construir reflexões a partir da relação morador/trabalhador e as dinâmicas vulneráveis existentes.

1 – O LUGAR E O TURISMO, AS DINÂMICAS ESPACIAIS E O IMAGINÁRIO

Para compreender o lugar turístico, precisaremos evidenciar que existem diversas vertentes de pesquisa que estudam diferentes abordagens deste fato social, como indústria, atividade econômica, mercadoria etc. Neste trabalho abordaremos a perspectiva fenomenológica, onde o turismo é concebido como fenômeno que exerce uma pressão nas subjetividades sociais (BENI e MOESCH, 2017). Interpretando, assim, o turismo para além de uma visão apenas mercadológica, mas se tratando de uma relação socioeconômica e consciencial estabelecida entre visitantes, visitados e espaço, capazes de alterar as dinâmicas culturais e imaginários pré-estabelecidos.

Essa perspectiva nos remete a um entendimento em que o turismo não acontece separadamente das relações sociais, e tampouco das interpretações dos sujeitos, o turismo está diretamente relacionado ao elemento humano.

Ao estudar o turismo como realidade humana o compreendemos como uma amálgama na qual tempo, espaço, diversão, economia, tecnologia, imaginário, comunicação, diversão, ideologia, hospitalidade são categorias fundantes de um fenômeno social contemporâneo, em que o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor dessa prática social. (MOESCH e BENI, 2015, p. 7)

Entendendo o turismo como um sistema aberto e orgânico (MOESCH e BENI, 2015), podemos observar que o ele é formado por um complexo de ativações sociais no espaço, onde o sujeito é o epicentro das relações que o regem, ou seja, o turismo está diretamente ligado às culturas em que se encontra inserido (MOESCH e BENI, 2015).

O turismo como atividade de impacto nas localidades, sendo positivas ou negativas, tem capacidade de criar novas dinâmicas no espaço. Esse espaço pode ser identificado ou entendido como sinônimo do lugar turístico, espaço produzido pelo e para o turismo. Podemos visualizá-lo como característico do turismo de massa, por muitas vezes, que são capazes de criar mundos fictícios com uma realidade destoante para o público estrangeiro. (CARLOS, 1996, apud FRATUCCI, 2000)

Entretanto, o lugar turístico também pode ser constituído de atratividade pela experiência cotidiana, onde o turista vivencia uma proximidade à realidade do residente e trabalhador. É a partir desse encontro que compreendemos a

complexidade do turismo. Para além da relação de consumo dos serviços turísticos prestados, o encontro dos sujeitos agentes do turismo, como entendido por Moesch e Beni (2015), são representantes do que veremos como as relações sociais no espaço e seus conflitos territoriais.

O lugar turístico que aqui conceitualmente propomos é o território onde o turismo se realiza, e onde há a ocorrência de interações e inter-relações temporárias entre o anfitrião e o turista, aos quais irão permitir um contato direto, sem barreiras (físicas ou simbólicas) entre eles e o reconhecimento da existência do outro, recíproca e simultaneamente. (FRATUCCI, 2000, p.131)

Esse contato direto proposto por Fratucci nos lugares turísticos não acontecem necessariamente de forma orgânica. Esse reconhecimento do outro através do turismo pode ser ditado a partir das imagens construídas no destino, sendo que essa imagem pode seguir a lógica mercadológica, com amparo do poder público, como podemos encontrar em Sotratti (2014, p.46).

Ao implantar as ações urbanísticas e projetar a nova imagem da cidade pela promoção turística e política, toda a complexidade e diversidade histórica, social e cultural que construíram sua identidade durante séculos são reduzidas a uma imagem estereotipada de cidade moderna, viva e reciclada.

Sotratti (2014) traz uma reflexão crítica sobre o turismo como ferramenta mercadológica, dada que é uma das perspectivas comumente exploradas pelos agentes planejadores do turismo, que com finalidade estritamente econômica, desviam dos contextos socioterritoriais presentes, os alterando sem planejamento ou preocupação evidente com as realidades já construídas no território. No mesmo sentido, Fratucci (2014, p. 91) apresenta que:

O fenômeno socioespacial do turismo envolve diversos grupos de agentes sociais diferentes (turistas, empresários, poder público, trabalhadores diretos e indiretos e população residente nos destinos turísticos, entre outros), resultando na turistificação de partes do espaço, produzindo territórios descontínuos, que se organizam a partir da lógica reticular das redes. Nesses territórios-rede do turismo, podemos observar territorialidades distintas convivendo e disputando em um eterno devir os espaços apropriados a partir de lógicas específicas, nem sempre convergentes.

Essas “territorialidades distintas” destacadas pelo autor, são características evidentes impulsionadas pelo processo de turistificação, sendo que com influência da construção de imagens e imaginários, os encontros produzidos pelo turismo acabam por afetar nas relações e conflitos territoriais,

dado que as perspectivas diferentes dos sujeitos que vivenciam e constroem o lugar turístico, estão embasadas a partir de como a localidade foi projetada para cada indivíduo.

Se as imagens produzidas pela promoção turística (SOTRATTI, 2014), são interpretadas pelos turistas interessados, mesmo que estereotipadas, essas imagens são apreendidas como reais pelo seu público alvo. Quando tal público chega ao destino, pode encontrar divergências entre o discurso e o espaço, ou entre a visão que tem em si e a visão do outro, o outro nesse caso é o trabalhador e o residente.

A sua constituição é assim dialética: sendo amplamente produzido e, ao mesmo tempo, mobilizado pela indústria turística e pelas políticas turísticas locais, o imaginário é igualmente produzido e apropriado pelos próprios turistas que podem criticá-lo, remanejá-lo ou desfazê-lo. Da mesma forma, pode ser co-produzido pelos atores ou pelas populações locais, que jogam com o imaginário a fim de implantar projetos ou de criar uma identidade própria do lugar. O imaginário induz a relações de reflexividade entre os turistas, as comunidades locais, os atores locais (nacionais ou internacionais), e entre os especialistas. (GRAVARI-BARBAS e GRABURN, 2012, s.p.)

Cabe aqui pontuar a relevância da perspectiva fenomenológica do turismo, aberto e complexo, para entendermos as nuances dos lugares turísticos, dado que no epicentro dessa abordagem se encontra o sujeito, responsável por interpretar, projetar e se apropriar dos imaginários constituídos, capazes de se tornar atores ativos dos lugares turísticos, e de alterar realidades.

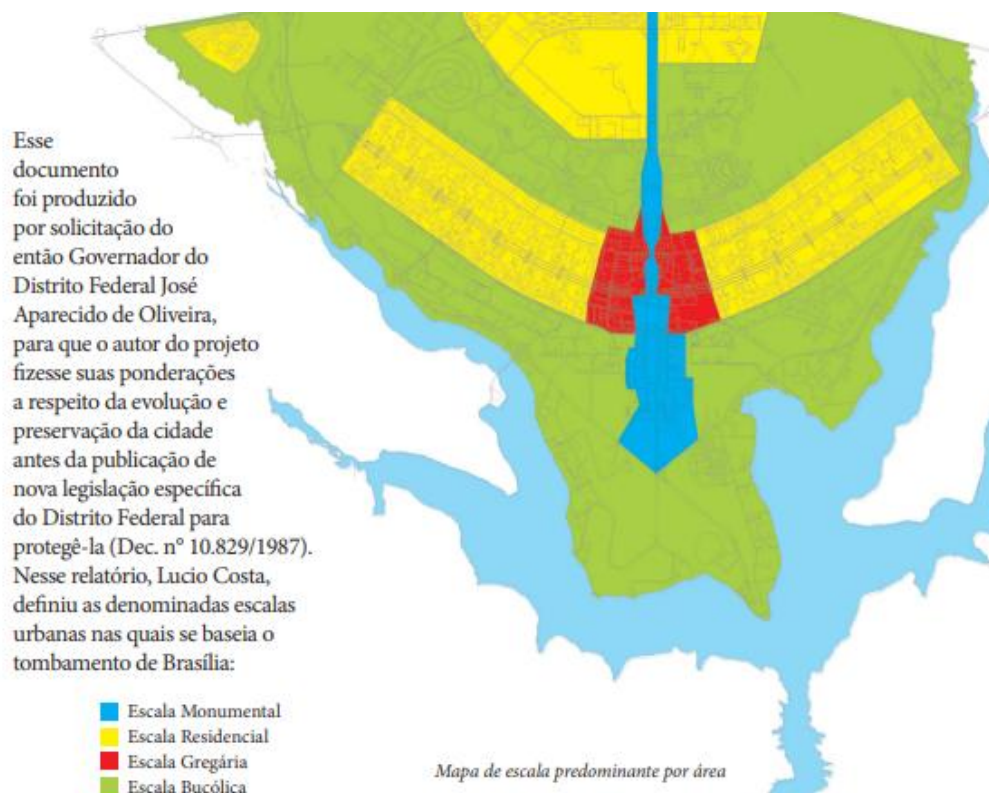
Seguindo a linha de pensamento dos autores já apresentados, entendemos que por muitas vezes o lugar turístico pode alterar ou deturpar, camuflar a imagem local e as dinâmicas concretas existentes. Se para o turista uma imagem é capaz de despertar imaginários e ditar como se comportará em um destino, buscaremos entender como esse imaginário afetará as relações dos residentes e trabalhadores locais com seu próprio lugar. No caso do Plano Piloto turistificado, essa imagem foi construída a partir do discurso que precede à construção da própria capital.

1.1 – A setorização da cidade racional e os usos do Território

Inaugurada em 1960, no governo de Juscelino Kubistchek, Brasília foi concebida como símbolo do modernismo mundial. Idealizada por Lúcio Costa, o conjunto urbanístico se transformou no marco de desenvolvimento para o país.

Brasília, então conhecida como Plano Piloto, se constitui por quatro escalas, sendo elas a escala monumental, responsável por abrigar a sede dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), e os trabalhos administrativos relativos ao governo federal; pela escala residencial, presente no eixo sul norte, abriga superquadras residenciais, clubes de vizinhança e comércio; escala gregária, onde abriga os setores comerciais, hoteleiros, bancários e de diversões; e a escala bucólica, que confere a Brasília o caráter de cidade-parque (IPHAN), circundando às escalas anteriores com espaços arborizados e áreas livres (Figura 1).

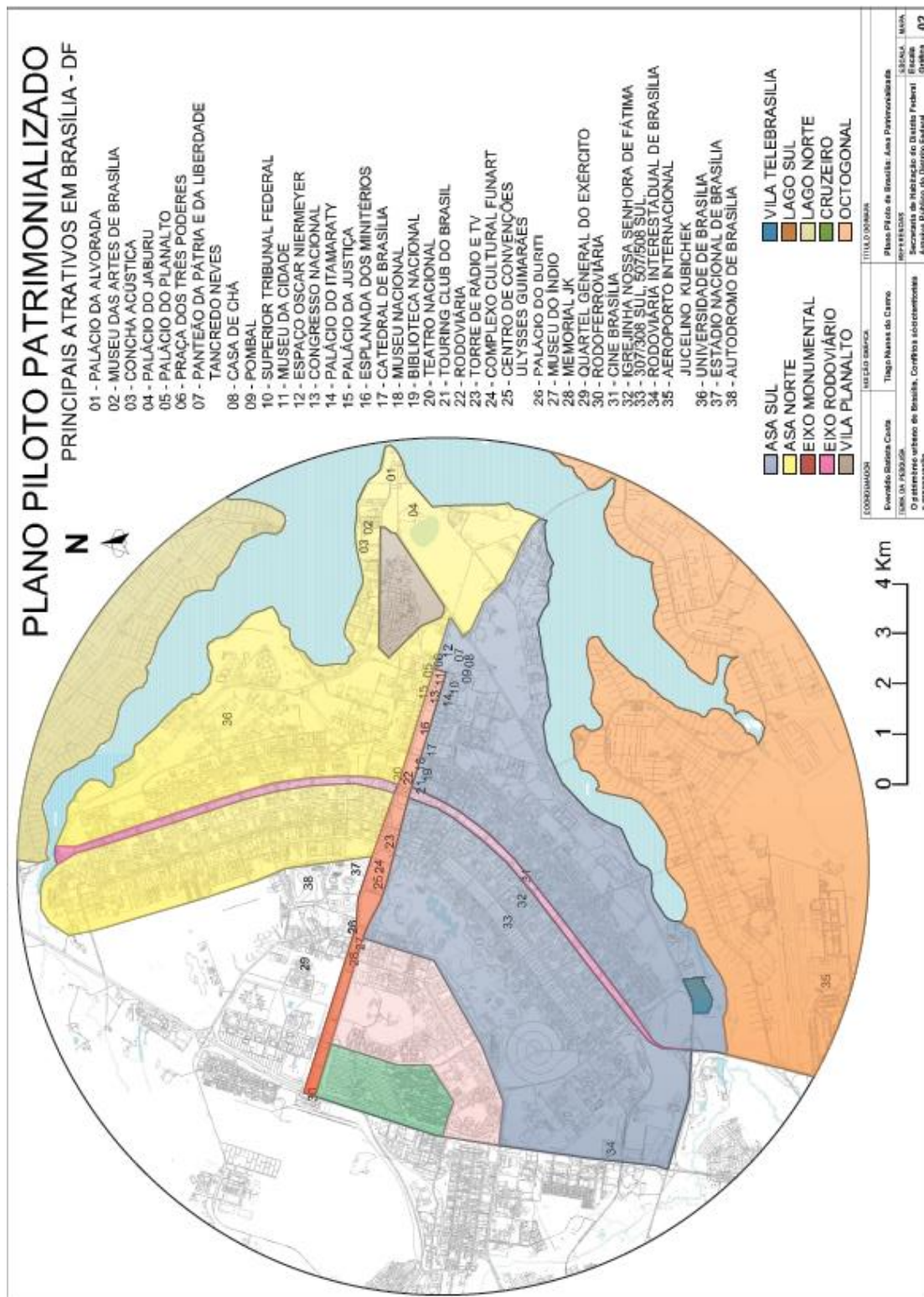
Figura 1 – Escalas de setorização do Plano Piloto.



Fonte: Iphan (2007).

Em 1987, a concepção urbanística de Brasília foi inscrita pela Unesco na Lista do Patrimônio Mundial, “por representar obra-prima do gênio humano (i) e exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico e paisagem que ilustra estágio significativo na história da humanidade (iv)” (UNESCO, 2008; apud COSTA, 2012) seguida da inscrição, em 1990, no Livro do Tombo Histórico pelo IPHAN.

Figura 2 - Relação dos principais atrativos em Brasília – 2013.



Fonte: Costa et al (2013).

O Plano Piloto abriga também algumas das obras mais conhecidas de Oscar Niemeyer (parte delas podem ser identificadas na Figura 2), arquiteto com

maior presença de seus trabalhos compondo o projeto urbanístico de Lúcio Costa. Exemplos disso são o Palácio do Congresso Nacional (Figura 3), Palácio do Itamaraty, Museu Nacional da República, Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, que possuem grande relevância na composição simbólica e estética da capital.

Figura 3 – Vista do Congresso Nacional ao amanhecer.

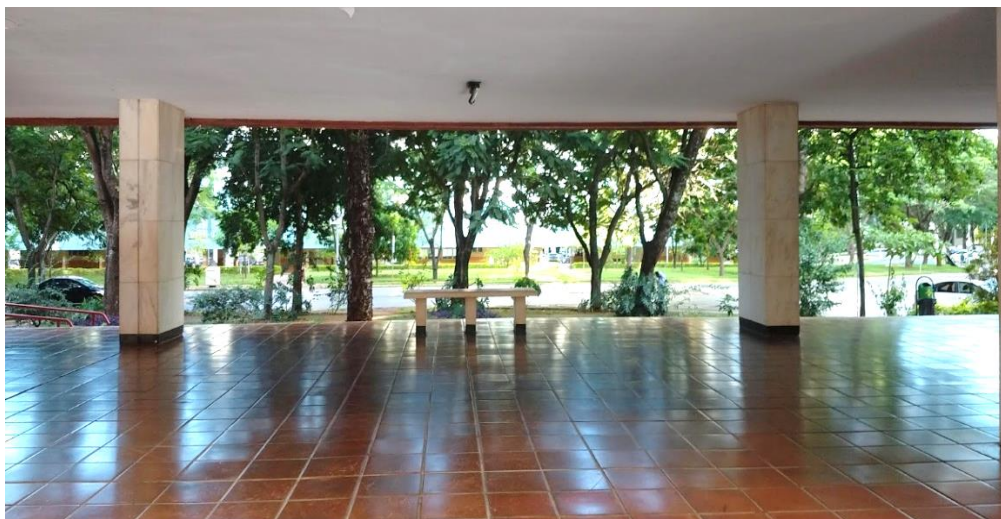


Fonte: Pedro França – Agência Senado (2019).

A inspiração principal na organização urbanística de Lúcio Costa para Brasília foi Le Corbusier (IPHAN, 2010, p.24), responsável por pensar os conceitos que fundamentaram o Plano Piloto, e que deram origem aos pilotis com livre circulação (Figura 4), a redução de cruzamentos para automóveis e a setorização da cidade em moradia, trabalho e lazer, como propôs Lúcio Costa em seu relatório de defesa ao Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil.

Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e agradável, própria ao devaneio e à especulação, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país. (COSTA, 1957, p.2)

Figura 4 – Vista do Pilotis com livre circulação no Plano Piloto.



Fonte: Acervo pessoal (2019).

Brasília, então, surge com setorização ordenada dos espaços e usos dos equipamentos, uma dimensão racional do planejamento, criando espaços hegemônicos para cada atividade a ser desenvolvida na capital. Essa visão de Lúcio Costa para a capital tomou forma e, diante das estratégias de empreendedores do turismo, o Plano Piloto ganhou destaque, especificamente o Eixo Monumental, por ocupar as grandiosas obras, e as sedes dos poderes (Figura 2).

Figura 5 – Saída de campo da disciplina de graduação Geografia e Turismo (UnB) para o Complexo Cultural da República.



Fonte: Acervo pessoal (2015).

Sendo assim, Brasília se fortaleceu pelo turismo cívico e arquitetônico, como foi possível identificar em uma das saídas de campo, ainda no primeiro semestre de minha graduação, na disciplina Geografia e Turismo, ministrada pelo prof. Everaldo Costa, junto ao CET/UnB (Figura 5).

A partir desse recorte notório, porém não único, estruturado pelo planejamento turístico na capital, podemos avaliar sobre como o uso do território se adequa às perspectivas anteriormente planejadas por Lúcio Costa, e como se adapta às novas realidades dispostas.

Segundo o Mapa do Turismo Brasileiro de 2019, instrumento utilizado para orientar a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento de políticas públicas (Dados Abertos), o recorte de interesse da atuação turística principal para o DF ainda permanece em Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, concentrando o foco da atividade turística no recorte do Plano Piloto turistificado.

Figura 6 – Rodoviária do Plano Piloto domingo.



Fonte: Acervo pessoal (2018).

Mesmo com tamanha potencialidade de desenvolvimento sócio-econômico-cultural no Plano Piloto turistificado, é comum que essa área central, que abriga o setor político-administrativo, esteja bastante vazia fora do horário comercial (Figura 6). Os grandes vãos e espaços abertos do Eixo Monumental se tornam de pouca circulação humana, exceto pelos turistas que estão de passagem para conhecer as renomadas obras ou a arquitetura singular que constroem a base simbólica dos poderes do Estado, juntamente com ambulantes

e seus *souvenirs*, que os acompanham nesse processo ou em alguns lugares. O centro do Plano Piloto, então, se torna um local sem evidente atuação social, ou de serviços, tornando-se abrigo para pessoas em situações de vulnerabilidade social.

Uma das motivações para esse cenário de tendência ao esvaziamento periódico é explicada pelo próprio projeto urbanístico da cidade, que propondo a setorização em moradia, trabalho e lazer, condenaram os espaços de trabalhos administrativos à sazonalidade.

Outra perspectiva que podemos analisar é a questão da moradia. Brasília foi construída prevendo receber 500 mil habitantes, “admitindo que de início o crescimento desta última seja mais lento, sobrepujando depois o da Capital, até que sejam atingidos os valores de 500.000 habitantes na Capital e 1.000.000 na área satélite”. (ALBUQUERQUE, 1955, p. 108)

Essa perspectiva já não era mais uma realidade possível em 1991, quando a capital já havia ultrapassado 1.000.000 de habitantes. Para Bursztyn e Araújo (1997, p. 27):

A conclusão a que se chega é de que nos anos recentes o foco das migrações foi se diluindo no rumo da periferia do Plano Piloto, refletindo o próprio caráter dessas migrações: cada vez menos pessoas engajadas no mercado de trabalho (e no imobiliário) da capital; e cada vez mais uma população que foi ficando à margem da dinâmica de “atração” (...) os “expulsos” de outras regiões.

1.2 – Cenários e interpretações do Plano Piloto

Com a massiva migração ao Centro-Oeste do país, evidentemente, assim como no planejamento, essas pessoas migrantes não possuíam espaço de moradia na cidade, que conseqüentemente forçou o surgimento das “cidades-satélites”, as então Regiões Administrativas, que fundamentalmente serviam para abrigar a mão de obra que trabalha no Plano Piloto.

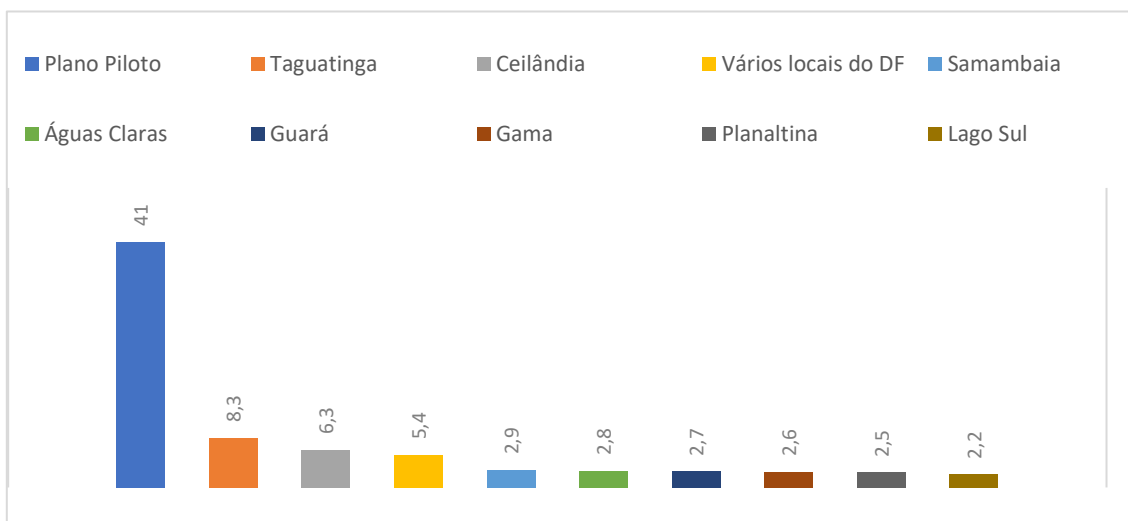
Essa região administrativa ainda concentra a maior taxa de oferta de trabalho do Distrito Federal, sendo em 2018 responsável por ocupar 41% dos trabalhadores do DF, seguido por Taguatinga, com 8,3%, e Ceilândia, com 6,3%, conforme pesquisa apresentada pela CODEPLAN (2018). (Gráfico 1)

Figura 7 – Rodoviária do Plano Piloto em horário comercial.



Fonte: Tony Winston, Agência Brasília (2019).

Gráfico 1 – Distribuição do local em que as pessoas exerciam seu trabalho principal, Distrito Federal, 2018.

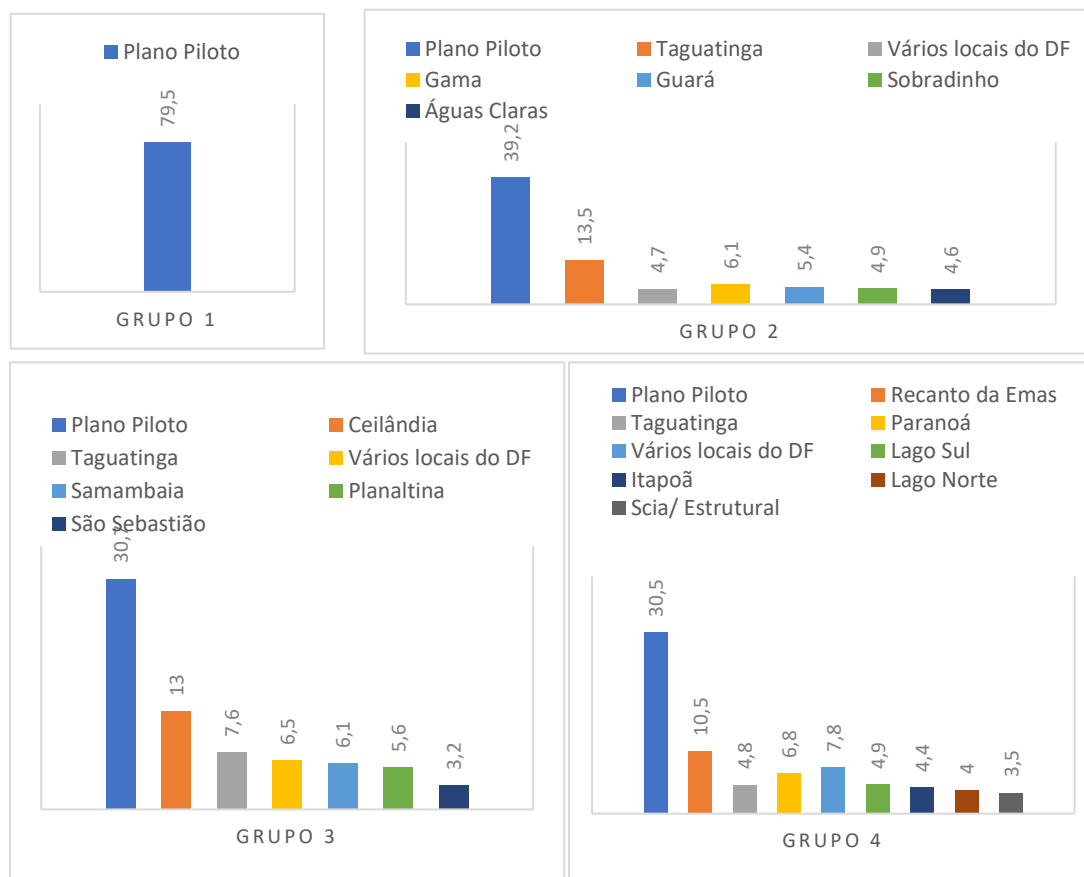


Fonte: Codeplan (2018).

Essa ocupação (Gráfico 1) ainda reflete a imagem em que às “cidades satélites” foram construídas, “reconhecendo que a grande massa de trabalhadores, responsável pela construção da nova capital, não voltou ao seu local de origem após a inauguração da cidade” (SOUSA *et al*, 1996, p. 61) de forma que moradores de variadas Regiões Administrativas do DF, até 2018,

estavam ocupados em cargos de trabalho e prestação de serviços, majoritariamente no Plano Piloto. (Gráfico 2).¹

Gráfico 2 – Distribuição do local em que as pessoas exerciam seu trabalho principal, Distrito Federal (Grupo 1, Grupo 2, Grupo 3, Grupo 4), 2018.



Fonte: CODEPLAN (2018)

Segundo Costa e Steinke (2012, p. 132), apesar da metrópole ter um caráter de polinucleamento, o Plano Piloto ainda guarda sua função de

¹ Segundo a CODEPLAN (2018), os grupos referidos são compostos das seguintes Regiões Administrativas, respectivamente:

Grupo 1 (alta renda): Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Park Way e Sudoeste/Octogonal. Em 2018, a população desse grupo era de 384.913 pessoas, com renda domiciliar média de R\$ 15.622;

Grupo 2 (média-alta renda): Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires. Em 2018, a população desse grupo era de 916.651 pessoas, com renda domiciliar média de R\$ 7.266;

Grupo 3 (média-baixa renda): Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião. Em 2018, a população desse grupo era de 1.269.601 pessoas, com renda domiciliar média de R\$ 3.101;

Grupo 4 (baixa renda): Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA–Estrutural e Varjão. Em 2018, a população desse grupo era de 310.689 pessoas, com renda domiciliar média de R\$ 2.472.

centralidade na vida do DF, para muitas de suas Regiões Administrativas, quer seja fornecendo empregos para as camadas populares, que penam no deslocamento diário ao local de trabalho, quer seja concentrando serviços para parte da população das mesmas.

Essa centralização da oferta de trabalho concentrada no Plano Piloto turistificado apresenta uma característica importante quando analisamos a então sazonalidade posta anteriormente. Pelo fato de o local de residência estar distante do local de trabalho das pessoas, é comum que os trabalhadores do Plano Piloto, que residem em qualquer outra Região Administrativa, permaneçam em seu local de moradia nos momentos de descanso.

Esse comportamento característico da população do Distrito Federal nos faz pensar diversas contradições que acontecem em Brasília, dentre elas uma evidente segregação socioespacial que, se voltarmos ao discurso da concepção da capital planejada, na verdade, os fatos estarão, em sua maioria, reforçando a existência de conflitos.

Galbisnki (1987, p. 174) assinala:

“cidade planejada para abrigar em sua área as mais diversas classes sociais, assistiu Brasília, desde logo, a segregação socioespacial discriminar a localização das populações de baixa renda, através dos mecanismos de mercado”.

Esse distanciamento das populações de baixa renda, não impediram, como vimos anteriormente, que a concentração do mercado de trabalho viesse do Plano Piloto. Assim, muitos trabalhadores que não fazem parte das classes que ocupam o Plano residencial, continuaram responsáveis em fazer a cidade funcionar.

(...) a produção urbana no Distrito Federal ordenou não somente um território polinucleado, mas espacialidades segregadas: cidades dormitório com baixo índice de emprego; cidades com ínfima possibilidade de circulação intraurbana e, sobretudo, metropolitana, o que redundou na dificuldade de acesso ao Plano Piloto (área core do Distrito Federal ou da Área Metropolitana de Brasília) (COSTA et al, 2013, p. 340)

Essa característica de centralização das atividades do DF no Plano Piloto, faz com que turistas, trabalhadores e residentes tenham contato direto nessa região central do Distrito Federal, construindo e divergindo as novas dinâmicas sociais no espaço. “Do ponto de vista das cidades, as manifestações por novas demandas sociais se apresentam em função das próprias características do

período histórico em que vivemos onde a diversidade, a complexidade e a totalidade tornam se passíveis de visão empírica”. (SOUZA, 2019, p.7)

Esses encontros que acontecem na zona central do Plano Piloto turistificado constroem as complexidades das relações sociais no espaço, o que podemos identificar como característico do território usado.

O território só existe quando usado, praticado. Ele é a expressão histórica do espaço geográfico por nós entendido como instância social “uma indissociabilidade entre sistema de objetos e sistema de ações”. Indissociabilidade entre objetos e ações entendida como expressões e resultados das relações sociais. (SOUZA, 2019, p.7)

Essas interações estão diretamente relacionadas aos usos do território, que como coloca a geógrafa Maria Adélia de Souza, surgem a partir de movimentações sociais no espaço, sendo determinantes para a construção de dinâmicas e sua percepção.

Esse encontro também pode ser um fator que determina o comportamento das dinâmicas sociais no Plano Piloto turistificado através do imaginário. “Segundo Lowenthal (1998b, p. 234), o conflito é ‘endêmico ao patrimônio’. Os valores atribuídos ao bem cultural, quando entram em disputa, revelam um processo de hierarquização”. (TAMASO, 2005, p.15)

Poderíamos, a partir daqui analisar variadas nuances através da análise urbanística que influi na construção do cotidiano da capital. Porém, a fim de não perder o foco da pesquisa, entraremos na análise a partir das imagens e imaginários que compõem a realidade da capital, a partir da visão dos residentes e trabalhadores do Plano Piloto turistificado.

2 – A INFLUENCIA DO IMAGINÁRIO NO COTIDIANO DA CAPITAL

O imaginário em si está diretamente relacionado ao pensamento coletivo, onde é capaz de ser interpretado individualmente, porém sempre com influência de um grupo, conforme Maffesoli citado por Gastal (2005).

Essa coletividade é característica do que Laplantine e Trindade nos mostrará como sendo as interpretações baseadas pelos dados concretos da realidade.

O real existe a partir das idéias, dos signos e dos símbolos que são atribuídos à realidade percebida. As ideias são representações mentais de coisas concretas ou abstratas. Essas representações nem sempre são símbolos, pois como as imagens podem ser apenas sinais ou signos de referência, as representações aparecem referidas aos dados concretos da realidade percebida. (LAPLANTINE e TRINDADE, 1996, p.3)

Utilizando da abordagem dos autores, o imaginário é importante na interpretação da realidade através de símbolos e referências coletivas, onde “o poder simbólico, segundo Bourdieu, exige uma materialização perceptiva e estruturada que o assegure, segundo o autor, através de objetos simbólicos” (SOTRATTI, 2014, p.45). No caso do Plano Piloto turistificado, existem de fato símbolos e representações concretas capazes de mobilizar o imaginário coletivo.

Uma construção de discursos referentes à Brasília idílica, construída com base em um sonho de Dom Bosco da terra prometida; a narrativa da construção que evoca a visão de JK e a “jornada do herói”; a utopia construída no discurso do bandeirante para atrair os operários para a construção, e os recortes narrativos para trazer essa visão distante à realidade, porém evocando a construção de um sonho (LIMA, 2020), foram estratégias cruciais no período da construção da capital para dar corpo ao apoio popular e político da época através do imaginário.

Brasilia es la heterotopía patrimonial por excelencia –concepción única en el mundo–, el otro espacio soñado, imaginado y materializado, con un funcionamiento preciso y determinado en el interior de la sociedad. En 1823, José Bonifácio (Padre de la Independencia) ya sugería la transferencia de la capital de Río de Janeiro a Goiás, con el nombre de Brasilia. La idea de la nueva capital fue reforzada por la visión del santo italiano Don Bosco, quien relató que en 1883, en un sueño atravesaba los Andes en tren rumbo a Río de Janeiro y veía, entre los paralelos 15 y 20 grados, la formación de un gran lago en un territorio de vastas riquezas minerales. (COSTA E ALVARADO, 2019, p. 22)

Brasília se constitui, então, de símbolos para atrair os novos moradores desde sua construção até o presente, despertando, a partir de cada interpretação dos sujeitos, um imaginário distinto capaz de criar expectativas e influenciar o comportamento no local.

Com o seu ar idealizador, Brasília possuiu uma capacidade mobilizadora grandiosa ao tocar o imaginário popular como capital da esperança. A nova cidade, com propostas de maior salário do país, disponibilidade de vagas de empregos na construção civil, incentivou e incentiva, até os dias atuais, a migração de gente de diferentes partes do país, em busca de oportunidades melhores de renda e possibilidade de moradia e ocupação das terras públicas.

Essa migração constante e movida pelo imaginário de uma vida de condições melhores na capital logo se encontra posta em dúvida, devido às condicionantes estruturantes da vida na capital: custo de vida elevado, distancia dos principais centros nacionais, a dispersão metropolitana, etc.

Com tal pressão migratória, com a diminuição de oferta de emprego pela construção civil, diminuição de oferta de trabalho pelo poder público, “o Distrito Federal passa a reconhecer, de forma direta e evidente, o fenômeno nacional da *exclusão social* traduzida em população *de e na rua*”. (BURSZTYN e ARAÚJO, 1997, p. 35)

Nessa perspectiva, a população que migra para Brasília, percebe os grandes vãos e áreas verdes como local de moradia. As regiões administrativas já não funcionam como local de moradia para quem não possui uma possibilidade de renda minimamente estabelecida, e só distanciam da possibilidade de sobrevivência, que se dará por esmolas, lixo e pelos carros.

Segundo entrevistas realizadas por BURSZTYN e Araújo (1997, p. 36) com famílias em situação de vulnerabilidade social, foi constatado que, em suma, “a principal motivação tanto da vinda quanto da permanência em Brasília é diretamente relacionada com a possibilidade de obtenção de renda”.

Esse imaginário produzido pelo discurso da capital utópica ainda resiste, e dita as dinâmicas sociais na capital, mesmo que cada vez mais discutidas e questionadas.

Mas, para entender melhor a resistência desse discurso para o outro, tentaremos alcançar o imaginário também daqueles que constroem e vivem

Brasília turística. Residentes e trabalhadores também se constituem de imaginários relativos a vivência da cidade, dado que:

A representação imaginária urbana é carregada da relação de identidade ou repulsa ao território; constitui o espaço vivido e o espaço percebido pelo morador, dialoga com os limites e as possibilidades da cidade em produção. A cidade se faz no observador e este se configura também pela imagem e possibilidades capturadas da cidade em reprodução permanente. (COSTA e PELUSO, 2016, p. 7)

Buscaremos, assim, interpretar o imaginário dos residentes e trabalhadores do Plano Piloto turistificado, a fim de determinar alguns comportamentos que fazem parte do cotidiano da capital, e podem estar reforçando algumas vulnerabilidades sociais e conflitos territoriais no centro DF. Da mesma forma, a proposta é de entender, a partir do relato dos residentes e moradores, se os imaginários existentes perpetuam algum estereótipo pré-determinado nos discursos da capital.

2.1 – Perspectivas de trabalhadores e residentes do Plano Piloto turistificado

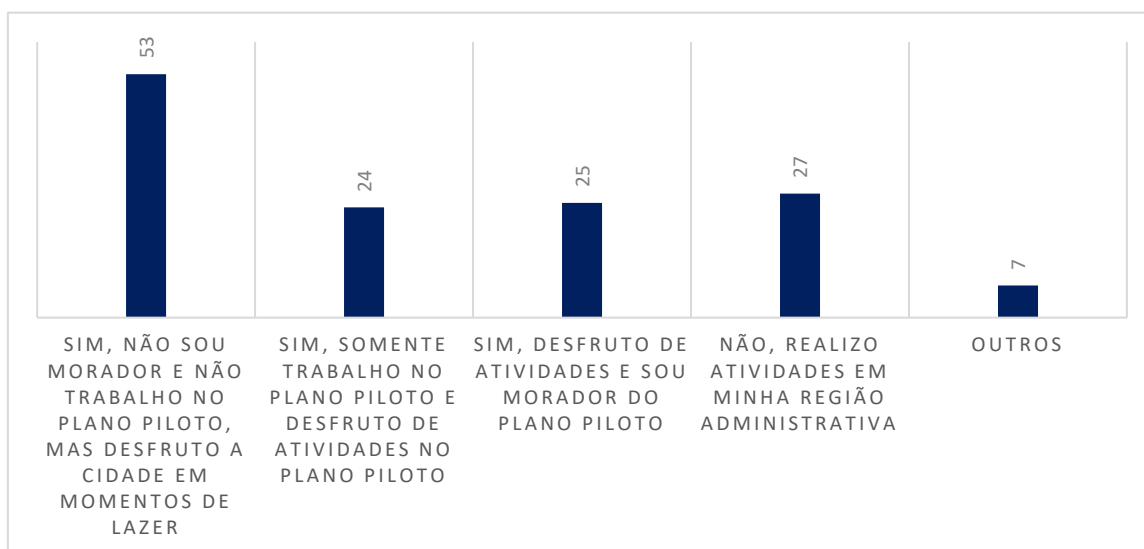
Ao entender a perspectiva dos residentes e trabalhadores da capital sobre alguns aspectos do Plano Piloto turistificado, poderemos entender se estes estão, de alguma maneira, reforçando os imaginários que permeiam a capital. Buscando compreender a movimentação de trabalhadores e residentes do Plano Piloto, foram realizadas questões relacionadas ao local de residência, seu comportamento em momentos de lazer, e sobre percepções pessoais a respeito do contexto de vida em Brasília.

Das pessoas entrevistadas, 36% eram residentes do Plano Piloto e 61% estavam divididas nas Regiões Administrativas de Ceilândia, Samambaia, Taguatinga, Sobradinho, Água Claras, Vicente Pires, São Sebastião, Guará, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Gama, cidades do entorno e Goiás. Os outros 6% do público participante da pesquisa corresponde a ex-moradores do Distrito Federal, que residem atualmente em outros estados e países, ou que não informaram seu local de domicílio.

Nessa perspectiva, visualizamos a movimentação dos moradores e trabalhadores em momentos de lazer, onde juntos somam 36% os que relataram realizar atividades em seu tempo livre no Plano Piloto, enquanto 20% alegaram

permanecer em suas Regiões Administrativas. 39% dos entrevistados relataram desfrutar o Plano Piloto para o lazer mesmo não residindo ou trabalhando na RA (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Costuma realizar atividades no Plano Piloto em seu tempo livre?

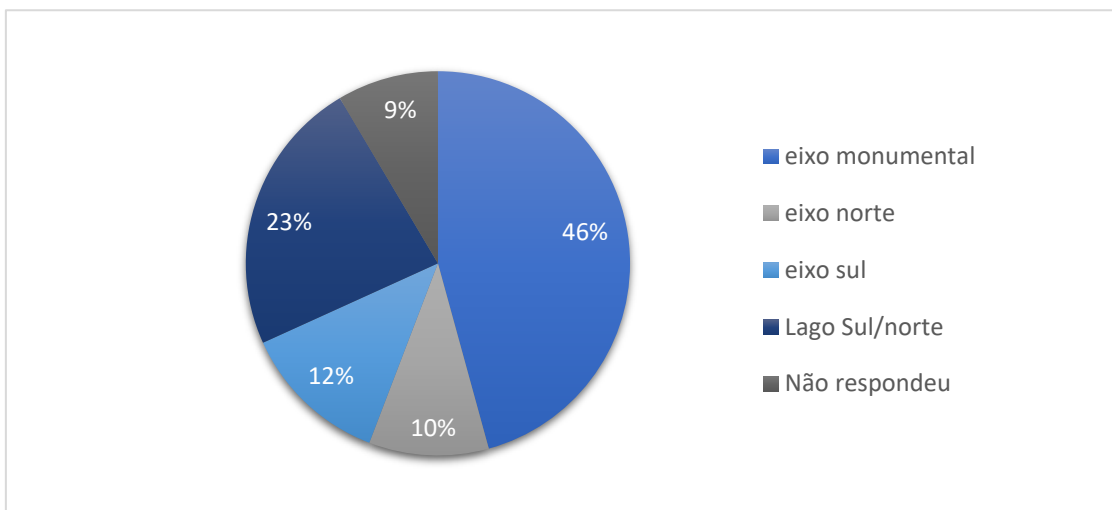


Fonte: elaborado pela autora (2021).

Há evidente interação da população com Brasília (Plano Piloto) em momentos de lazer, mesmo aqueles que não residem ou trabalham na RA, percebendo uma identificação, ou necessidade, de desfrutar o Plano Piloto nestes momentos por se encontrar nesse lugar de centralidade em relação às Regiões Administrativas. “O Plano Piloto aparece como o “centro de tudo”, a possibilidade de “solução dos problemas” dos indivíduos da periferia, ontem (no contexto da migração candanga para a construção da Capital) e hoje (para o trabalho e alguns serviços, no cerne da reprodução da vida)”. (COSTA e PELUSO, 2016, p. 23)

Quando perguntados sobre a localidade que não costumam frequentar para lazer, surge um dado interessante, pois 46% dos entrevistados alegaram não frequentar o Eixo Monumental em seu tempo livre, importante recorte da presente pesquisa, representante do Plano Piloto turistificado (Gráfico 4). Ou seja, apesar de ser um atrativo turístico, o Eixo Monumental não aparece como referência atrativa para os moradores, sendo duas espacialidades relacionadas ao poder do Estado, no âmbito de edifícios do Governo Federal e do Governo Distrital.

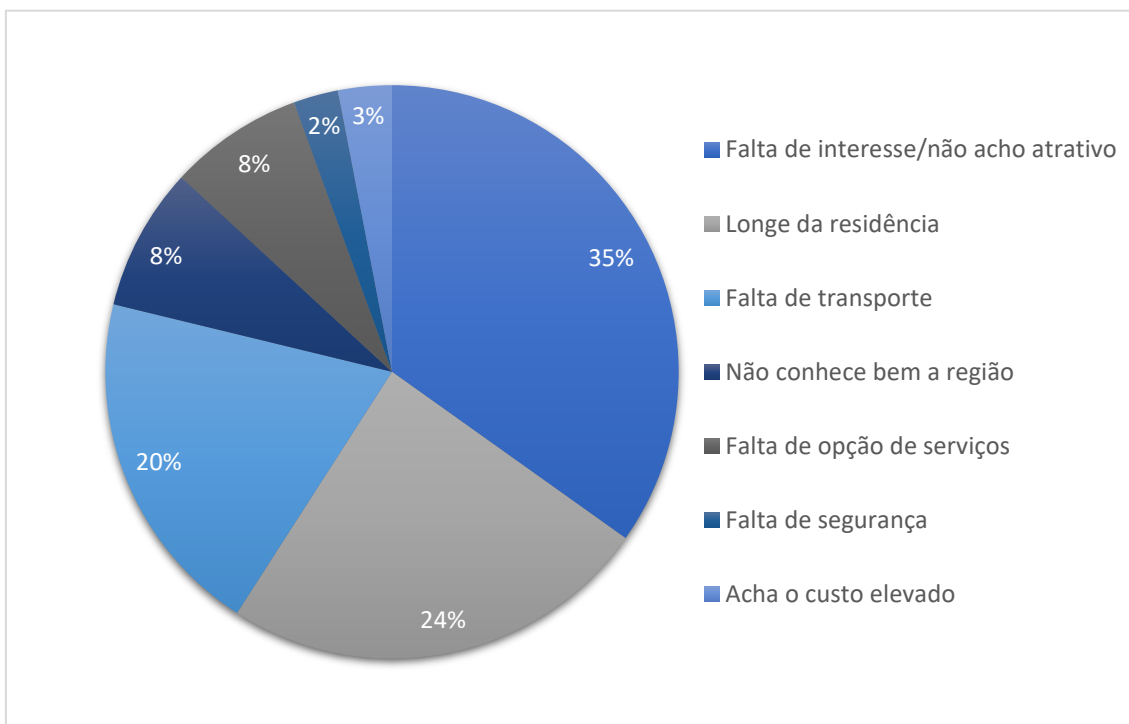
Gráfico 4 – Quais localidades NÃO costuma frequentar no seu dia a dia para lazer?



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Quanto à razão para este fato, os 3 maiores problemas encontrados para não frequentarem esses espaços para lazer foram: a falta de interesse ou atratividade da localidade, o distanciamento da residência, e a falta de transporte (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Por que não frequenta esses lugares?



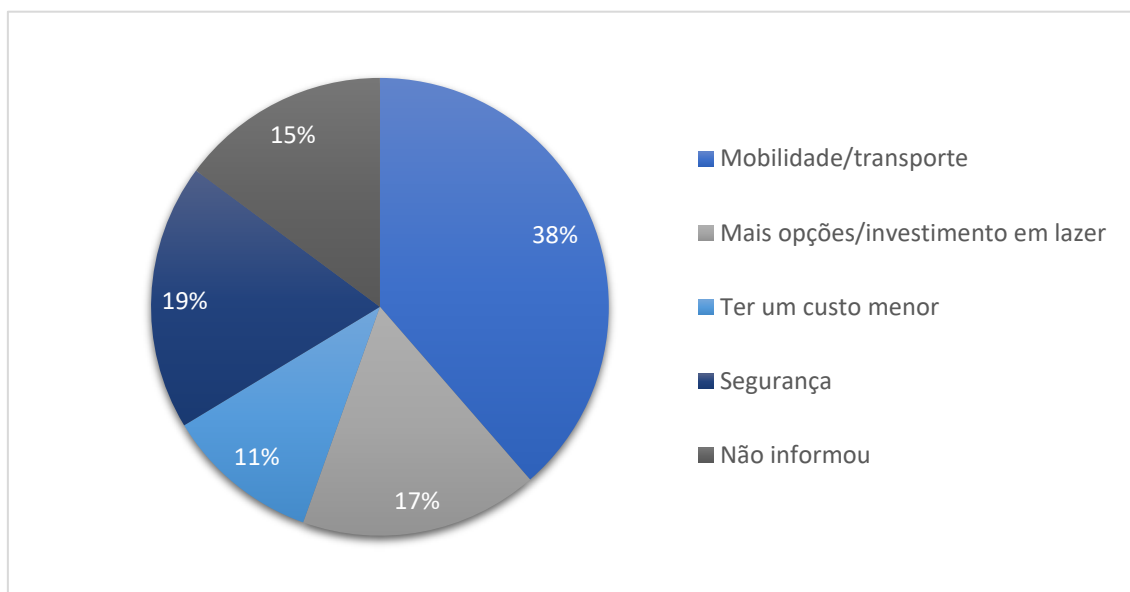
Fonte: elaborado pela autora (2021).

Um dos entrevistados também destacou que bastava “ir poucas vezes” ao Eixo Monumental, demonstrando uma problemática do Plano Piloto turistificado em relação à atratividade do mesmo para a população do Distrito Federal, pois não faz parte do seu dia a dia, em relação à utilização do espaço. O Eixo Monumental é atrativo ao turismo, com alta rotatividade de visitantes e baixa aderência da população local.

A memória e o esquecimento são eixos da formação histórica de indivíduos, grupos e classes sociais assinalados por uma forte disputa de poder. A história de Brasília integra essa dualidade, tendo em vista a figura do Estado como elemento central desse projeto urbanístico. Em determinadas sociedades, representantes dos interesses dominantes assumem a tarefa de manter vivos na sua memória certos eventos, valores, crenças e práticas que garantam sua permanência na esfera do poder. Por outro lado, muitas vezes, tornam-se os responsáveis pela eliminação de qualquer memória coletiva relacionada aos movimentos populares que, de alguma forma, possam prejudicar ou impedir a efetivação de sua dominação. (SOUSA et al, 1996, p. 53)

Assim, essa falta de interesse, pode estar ligada dentre outros aspectos, à história que se é contada, o imaginário que permeia o Plano Piloto turistificado, onde a figura do Estado está a frente de qualquer história social, causando certo afastamento da população local na relação com esses espaços.

Gráfico 6 – Em sua percepção, o que poderia melhorar a sua vivência em Brasília?



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Outras problemáticas que o Plano Piloto enfrenta, segundo trabalhadores e moradores, são a falta de mobilidade, segurança e lazer na RA (Gráfico 6).

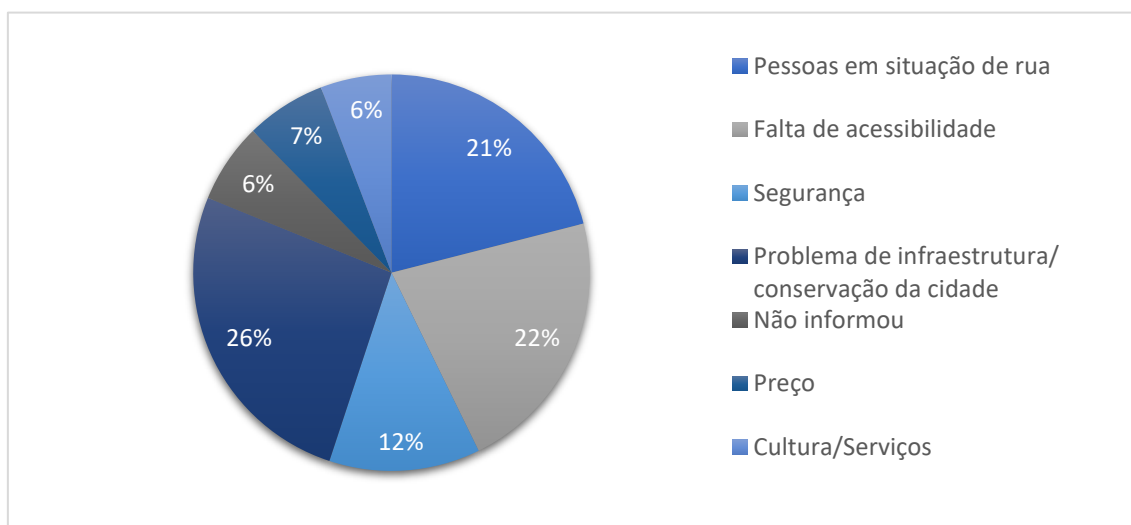
A questão da mobilidade no DF é potencial de conflito, dado que, mesmo que a cidade tenha se estruturado para a circulação de automóveis, percebe-se grande dependência de veículos particulares, devido ao “descaso público no investimento em transporte para uma gama de trabalhadores impede-os de maior mobilidade urbana”. (COSTA et al, 2013, p. 352)

Essa problemática se estende à perspectiva do lazer, com a limitação da circulação de transporte público no período noturno, domingos e feriados, e no fechamento durante a madrugada, o que faz de Brasília um local especialmente difícil de se acessar para atividades de lazer.

Com essa perspectiva, podemos visualizar que a máquina pública possui alto controle nas dinâmicas de mobilidade da cidade, que com “as limitações da circulação urbana, os problemas sociais diversos, (...) e a miopia de uma governança urbana que não reconhece a metrópole enquanto totalidade territorial de vivências múltiplas” (COSTA et al, 2013, 364) geram potenciais para conflitos socioterritoriais.

Assim, há um esvaziamento das ruas, quadras comerciais, Eixo Monumental, e quadras residências, no entardecer, revelando uma cidade silenciosa a partir daí, e com a presença de várias pessoas em situação de rua, que ocupam espaços do Plano Piloto turistificado, para se abrigar.

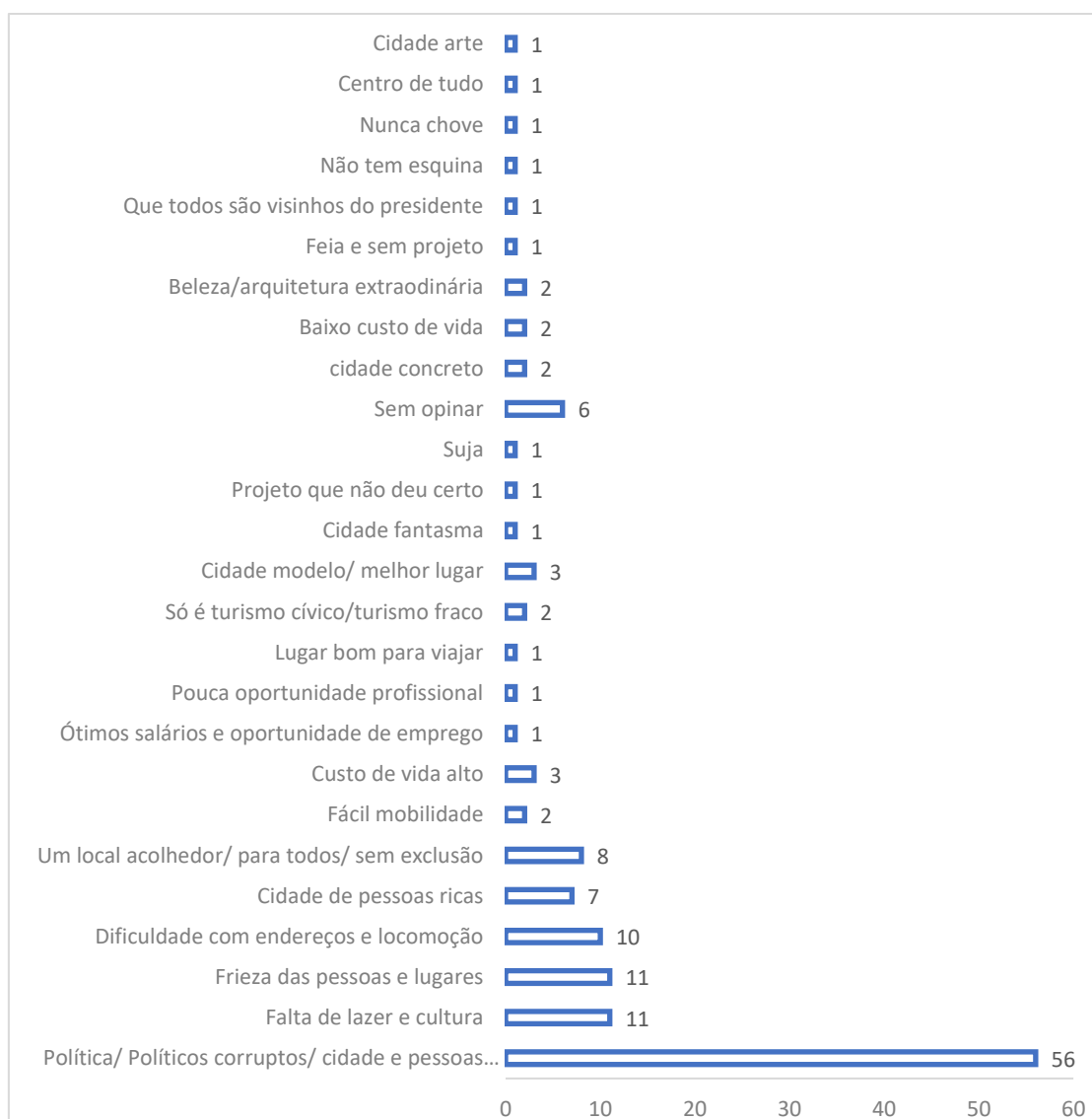
Gráfico 7 – Cite problemas identificados por você que deveriam ser solucionados em Brasília?



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Os moradores e trabalhadores reconhecem que esses são problemas existentes na capital. 26% dos entrevistados acreditam que a infraestrutura e conservação da cidade estão defasadas, seguidos da falta de acessibilidade na cidade, com 22% das respostas. Logo em seguida, 21% dos entrevistados acreditam que um problema que deve ser solucionado é a questão das pessoas em situação de rua, de alguma forma (Gráfico 7). A segurança do Plano Piloto turistificado também foi apontado em 12% das respostas, como questão a ser melhorada (Gráfico 8).

Gráfico 8 – O que você já escutou sobre a capital que não corresponde com a sua percepção sobre Brasília?



Fonte: elaborado pela autora (2021).

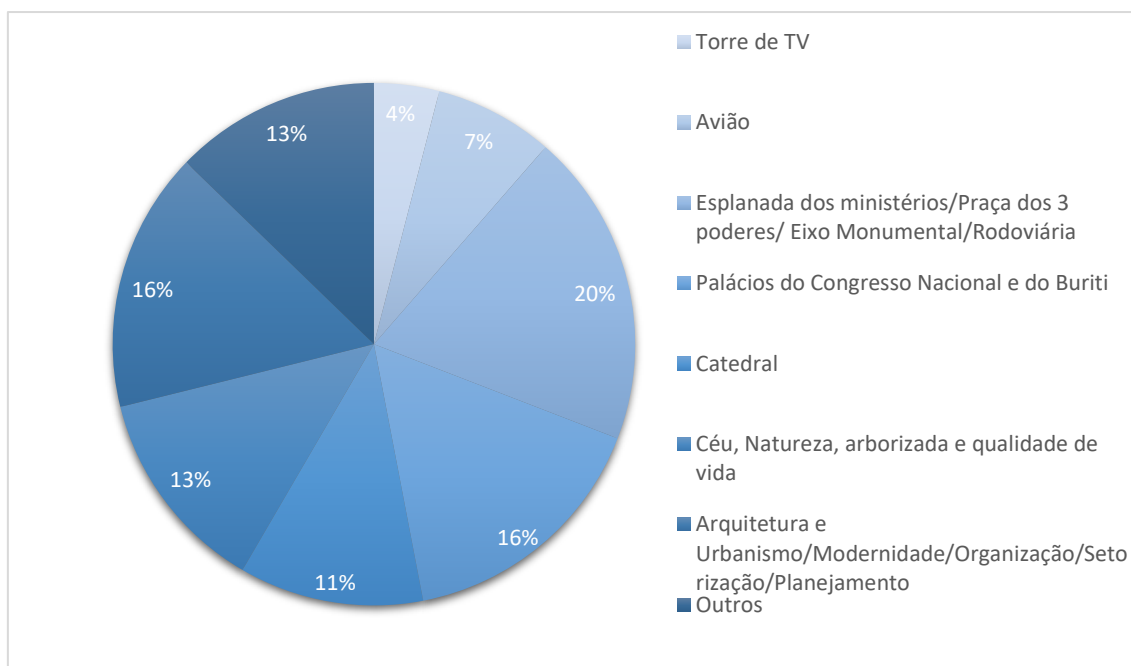
Quando questionadas sobre relatos e percepções que já ouviram sobre a cidade e com os quais não concordam, o mais citado foi a imagem do Plano Piloto ligada diretamente à política, corrupção e até mesmo como uma “cidade de pessoas corruptas” (Gráfico 8). Ou seja, apesar da corrupção que representa a política nacional (e Brasília a incorpora por ser a sede do poder político brasileiro), os moradores conseguem dissociar tal política enfadonha do sentimento de viver na capital.

Natural que o imaginário que permeia Brasília esteja intrínseco à história nacional, narrativa essa estruturada na perspectiva do valor nacional.

As imagens e o discurso favorecem e justificam, verdadeiramente, o reforço ou a negligência das ações concretas sobre o território e mais, aguçam a imaginação coletiva necessária à manutenção do status quo favorável a uma pequena parcela da população. (COSTA et al, 2013, p. 361)

Essa manutenção do imaginário coletivo, não apaga por completo a percepção do morador e residente da capital aos problemas encontrados no Plano Piloto turistificado. Mesmo na questão anterior a cultura e os serviços sendo apontado por 6% dos entrevistados como um problema a ser solucionado (Gráfico 7), moradores e trabalhadores defendem sua existência e não concordam com o relato da falta de cultura e lazer na cidade (Gráfico 8).

Gráfico 9 - Qual a imagem que vem à sua mente quando pensa em Brasília (Plano Piloto)?



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Para compreender a discordância entre a percepção do outro sobre a capital e a imagem em que a cidade é referência para moradores e trabalhadores, os entrevistados foram instigados a falarem sobre uma representação imagética que os conduzem ao Plano Piloto.

Interessante que as imagens mais relatadas foram de localidades, edifícios e infraestruturas localizadas no centro da cidade, e que constroem o eixo do Plano Piloto turistificado, mas que também representam o funcionamento da máquina pública, como a Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, e a Rodoviária com 20% das respostas dos entrevistados, seguidos pelos Palácios que abrigam o poder legislativo e executivo (Gráfico 9). “Brasília representa uma projeção mais recente do país no cenário capitalista avançado, o desenvolvimento do urbano e da arquitetura das cidades, um marco da estratégia nacional de inserção na economia e na política internacionais” (COSTA e SUZUKI, 2012, p. 18).

Outra perspectiva bastante evidenciada pelos moradores foi a arquitetura e urbanismo da cidade, como a Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, com 16% (Gráfico 9). Se encontra localizada no Complexo Cultural da República, logo no início da Esplanada do Ministérios, e possui uma grande representação da arquitetura modernista vigente no período, por sua inovação na junção de técnicas construtivas e “obra de arte”.

O planejamento urbanístico foi citado, evidenciando a setorização, planejamento e ordenamento do Plano Piloto. O olhar mais lúdico e contemplativo também esteve presente, lembrando a cidade pelo formato do avião, pelos parques e bosques, sendo a natureza presente na cidade, na visão de alguns respondentes, sinônimo de qualidade de vida. “Do projeto à implantação, Brasília modificou não só o sítio natural, mas o modo de viver em sociedades urbanas e se constitui como produto do agenciamento do homem sobre a natureza, além de exemplar do urbanismo moderno”. (BISCO, 2020, p. 48)

No plano urbanístico, é recorrente nos textos e nos projetos de Lucio Costa, a ideia da natureza e da paisagem como forma de controle do projeto. (...) as quadras de habitação serão cercadas por cintas de árvores, de forma que só se verá da cidade, a rigor, o Centro, a Esplanada dos Ministérios. O resto é uma cidade verde onde você não verá praticamente o construído. (...) tem as árvores e os jardins que

preservam certa intimidade. É dessa maneira que ele faz uma certa simbiose entre as duas coisas, através da ideia de natureza no urbanismo. (TELLES apud WISNIK, 2003, p.244-245)

Interessante notar que, para além dos parques, apenas um equipamento voltado para o lazer foi citado, a Torre de TV (4%), que possui serviços de lazer como a Feira da Torre, apresentações musicais, elevador para vista panorâmica da cidade (visita obrigatória de todo turista), restaurante, fonte, e fica localizada também no Eixo Monumental, com acesso a pé para a Esplanada dos Ministérios.

Sendo assim, conseguimos perceber certa dualidade do imaginário de moradores e residentes que responderam ao questionário, dado que por vezes reconhecem na imagem de Brasília a perspectiva do poder, do Estado, e a representação da nação, mas que por outro lado demonstram não concordar ou se identificar com tais perspectivas do imaginário imposto a capital, por vivenciar e idealizar a cidade através de outras dinâmicas sociais.

3 – IMAGINÁRIO E CONFLITOS TERRITORIAIS DO/NO PLANO PILOTO TURISTIFICADO

A pesquisa aplicada trouxe dados iniciais importantes para a análise do imaginário de moradores e residentes da capital. Cultura, lazer, segurança, mobilidade, vulnerabilidade social compõem a percepção dos entrevistados e abordam perspectivas relevantes à presente análise.

Na perspectiva turística, o Plano Piloto é representativo de grandes monumentos e estruturas arquitetônicas renomadas, como já foi dito, com alto teor simbólico de imponência política e racionalidade técnica, influência moderna e modernista, utilizados como mecanismos de atratividade no *Marketing* do Plano Piloto como destino. Porém para a população, também se evidencia essa racionalidade, que de certa forma gera um sentimento de distanciamento ao Plano Piloto turistificado, como evidenciado pela pesquisa realizada (Gráfico 5).

Difícil tratar o percurso da formação de uma cidade (ou da metrópole Brasília) no pleno da racionalidade, pois é também representação possível de um real imaginado. Sua forma e conteúdo não são dependentes de um único estilo ou momento arquitetônico, ou de um tempo a priori linear; forma-se em sobreposições de camadas espaço-temporais e por uma gama de significantes, de signos, de símbolos e imagens do passado projetadas no presente e para o futuro, de forma sistêmica repleta de contradições. Esses elementos configuram, de maneira complexa, o imaginário urbano em um dado instante da realidade territorial em trânsito. (COSTA e PELUSO, 2016, p.7)

Bastante difundida como a sede dos Três Poderes, como a capital da esperança, possibilidade para uma nova economia e política brasileira, hoje, os trabalhadores e residentes não sentem que esse é o aspecto de referência principal na vivência de Brasília, considerando que vivenciam a cidade de outras maneiras. No caso do resultado desta pesquisa a escala Monumental do Plano Piloto não aparece como centralidade de apropriação pela população local.

Porém, mesmo que o Plano Piloto turistificado não desperte o censo de pertencimento pela população local, quando apreendemos a percepção da imagem da RA² pelos moradores e residentes, são justamente às representações simbólicas do Estado que permeiam a representação da Capital para a população local.

² Região Administrativa

Busca-se, portanto, a partir desse posicionamento, interpretar algumas situações de conflitos presentes do Plano Piloto turistificado, a partir do imaginário popular da vivência no lugar turístico.

3.1 – O imaginário imposto no Plano Piloto turistificado

A partir das respostas apresentadas no capítulo anterior, o que se vê são moradores e trabalhadores que entendem que há uma perspectiva do lazer que é explorada pelas políticas públicas, e que pode ser melhorada no Plano Piloto turistificado, para atender também a população local. Porém, “em nome da ‘ordem’ e do ‘progresso’, o uso do território vem se tornando mais seletivo aos interesses dos capitalistas e reduzindo os direitos e benefícios das populações mais pobres” (ALVES, 2020, p. 151).

Em diálogo com Santos (2004, p. 179):

A ação do Estado é exercida em todos os níveis e em todos os escalões do espaço, mas ela é única no nível da Nação, no sentido de que, para serem eficazes, todas as outras ações são obrigadas a se adaptar, a menos que estejam em condições de comandar a ação do próprio Estado. Entretanto, do ponto de vista institucional, o Estado constitui o nível superior da armadura. O Espaço-Estado é o sistema que inclui, e do qual dependem, todos os outros.

Interessante pensar na perspectiva colocada por Santos (2004) e Alves (2020), em que existe a presença do Estado, que direciona as dinâmicas sociais nos espaços públicos, nesse caso, defendendo o interesse de um grupo privilegiado, onde a população está em constante contato com conflitos de interesse, e contradições impostas no território usado.

Investimentos em dinâmicas que não favorecem a maior parcela da população local são os efeitos disso, evidenciando a percepção dos entrevistados da necessária manutenção dos equipamentos que asseguram a vivência e convivência da população na cidade, como melhoria em segurança, mobilidade, investimento em lazer e serviços, e solução para a população em situação de rua.

As classes dominantes, com apoio de certas classes políticas, adotam estratégias (...) que vão do controle de acesso aos espaços públicos ao impedimento do livre comércio, prestação de serviços mais básicos, atuação esquizofrênica do mercado imobiliário e demandas direcionadas de equipamentos urbanos. (COSTA, 2017, p. 65)

Sendo assim, há evidente segregação no Plano Piloto turistificado entre o espaço do turista e o espaço do morador, de forma que, com grande participação do poder público, esses espaços são estereotipados e constantemente reforçados no imaginário popular.

Podemos perceber esse aspecto com alguns dados das entrevistas, pois quando perguntados qual imagem os remetem ao Plano Piloto, mesmo aqueles que disseram não acreditar que a pauta política diz em primeiro lugar sobre a cidade, acabaram por evidenciar justamente a imagem do Plano Piloto ligada às estruturas que abrigam o poder público.

Ainda que o imaginário esteja ligado ao campo das representações, ele vai além do intelecto e significa uma tradução mental da realidade empírica, a dar corpo à realidade conforme o grau de afetividade ou percepção emotiva do sujeito em relação ao seu amplo ou restrito território de trânsitos ou de vida ativa. (COSTA e PELUSO, 2016, p. 22)

Em 1987, Lúcio Costa em *Brasília Revisitada*, anexo ao decreto nº 10.829/1987, já dizia que “a presença da Escala Monumental” seria importante “não no sentido da ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente daquilo que vale e significa – conferiu à cidade nascente, desde seus primórdios, a marca inelutável de efetiva Capital do País”.

Essa afirmação se estende, até o dado momento, aos representantes públicos e privados que coordenam e conduzem o imaginário turístico da Capital, reafirmando a Capital do País pela racionalidade e representação do poder, como citado no tópico 1.1 do presente trabalho.

A narrativa aqui analisada configura algumas estratégias de gestão dos patrimônios do Plano Piloto turistificado que dão maior foco ao significado das representações monumentais, e menor foco aos espaços de ocupação e usos de expressões culturais populares, que também estiveram presentes no projeto piloto e é pouco evidenciado.

Podemos visualizar que essa baixa evidência dos espaços possíveis de serem utilizados pela população no Plano Piloto turistificado, traz luz à uma problemática, por vezes proposital, do distanciamento popular aos equipamentos do Plano Piloto turistificado.

Figura 8 – Protesto reivindica por investimento e reabertura do Teatro Nacional Cláudio Santoro em 2016.



Foto: Antônio Cruz, Agência Brasil (2019).

Essas limitações estiverem representadas pelos entrevistados na problemática da mobilidade urbana, na percepção pelos moradores e residentes na falta de investimentos de lazer e serviços, e na necessidade de melhoria da infraestrutura da cidade.

A atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço, fazendo com que certas noções consagradas, como a rede urbana ou a de sistema de cidades, não tenham validade para a maioria das pessoas, pois o seu acesso efetivo aos bens e serviços distribuídos conforme a hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e também do seu lugar geográfico. (SANTOS, 2007, p.11)

Sendo por estratégia, ou negligência, a negação desses espaços para a população local, conduz as dinâmicas sociais ao conflito territorial, pois os espaços não são utilizados como forma de expressão de moradores e residentes, mas são ressignificados na vida cotidiana ao abrigo para aqueles que buscam no centro do Plano Piloto a possibilidade de sobrevivência.

3.2 – Vulnerabilidades no Plano Piloto turistificado

Entendendo Brasília como o lugar utópico da esperança, qualidade de vida, alta renda e novas oportunidades, a migração na capital é situação constante. A amostragem da população entrevistada para este estudo monográfico entende essa localidade central no DF ou o Plano Piloto, apesar dos entraves como dificuldade de mobilidade, como possibilidade de encontros de turistas e moradores. Mas, uma parte desses moradores estão nas ruas.

Assim, a população vulnerável migrante do DF acaba por não ter outra saída que a se abrigar nas ruas da capital.

Seu papel reflete a dura realidade cotidiana da sobrevivência num centro urbano, onde as oportunidades no mercado de trabalho se estreitam cada vez mais. Expulsos de suas terras pela fome, procuram Brasília em busca de uma situação melhor. Mas encontram um mundo que lhes oferece um modo duro de vida: vivem de pequenos biscates, do lixo e da bondade da população. (BURSZTYN e ARAÚJO, 1997, p. 22)

Porém, hoje, com o cenário da pandemia da COVID-19, segundo o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, surgiu um novo perfil de pessoas em situação de rua, que não são apenas migrantes de outros estados que estão saindo de suas terras à procura da sobrevivência, mas são trabalhadores do DF e entorno que, pelo cenário sanitário, econômico e político do período, perderam suas habitações. Esse é um drama que afeta toda a América Latina, como destacam Costa *et al* (2021, p. 02).

Brasil, que en este momento se aproxima a los 600 mil fallecidos por causa del Covid-19, y que presenta además otras centenas de miles de familias desalojadas de sus viviendas por las deudas acumuladas y el desempleo, personas que pasa na situación de calle, es un ejemplo notable del drama que la pandemia cataliza en toda América Latina: intensificación de la pobreza, la pobreza extrema, el hambre y las desigualdades socioespaciales. La pandemia, en todo el mundo y en especial Latinoamérica, África y Asia, ha comprobado que aún se está muy lejos de poder vincular mejores condiciones de vida (popular) con la propiedad privada de la tierra (y de los cuerpos).

Outro perfil percebido nas ruas da capital são imigrantes estrangeiros que, por instabilidade política e econômica, vieram para o Brasil e chegaram às ruas da capital federal.

Figura 9 – O venezuelano Jéfferson Daniel pedindo ajuda em semáforo na área central da capital.



Foto: Gustavo Moreno, Especial Metrôpoles (2019).

Em entrevista ao jornal Metrôpoles (2019, s.p.), Jéfferson relatou as razões de ter chegado às ruas de Brasília. “Eu saí [da Venezuela] porque não tenho dinheiro para manter minha família e estou passando necessidade. Não tem comida, não tem emprego. Eu estava estudando e tive de parar com tudo”.

Outro relato para o jornal foi o do pintor Jorge Rosales, da Bolívia, que pela promessa de oportunidades melhores de trabalho por um amigo, chegou à Brasília, conseguindo alguns serviços, porém encontra dificuldades.

Buscando a sobrevivência ou orientações de inserção na sociedade brasileira, imigrantes e brasileiros se encontram na capital com a perspectiva de achar uma solução para as dificuldades enfrentadas no cotidiano, e esse é um dos grandes déficits apontado pelo coordenador de Estatística do Observatório das Migrações Internacionais. “A grande lacuna no país é essa inserção na sociedade brasileira. A pessoa entra [no país], mas depois fica quase por conta própria”, afirmou Antônio Oliveira.

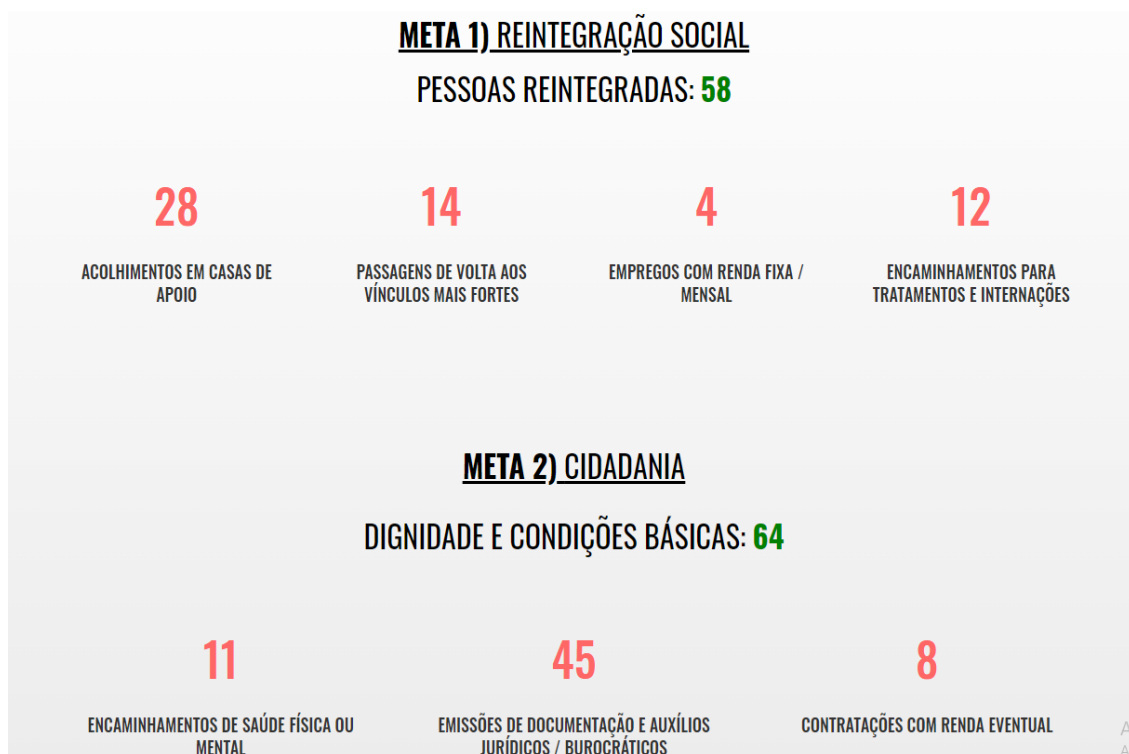
Essa ausência de informação e suporte do poder público, juntamente com a percepção do papel da capital do país na manutenção da vida, eleva o número de pessoas em situação de vulnerabilidade e ocupando as ruas do Plano Piloto.

Além do contato cotidiano com pessoas sem suportes mínimos nas ruas, alguns movimentos sociais, que através da cultura e da política, começam a denunciar essas vulnerabilidades sociais, evidenciando o descaso do poder público e oferecendo algumas oportunidades de trabalho e dignidade humana a esses sujeitos, como é o caso do “Instituto No Setor” (Figuras 9, 10 e 11).

O Instituto realiza eventos no Setor Comercial Sul (SCS) desde 2018, que com a perspectiva de ressignificar o espaço, antes sem evidente olhar do poder público, e com grande concentração de pessoas em situação de rua, ao longo dos anos produziram ações capazes de movimentar o espaço, focando na reintegração dessas pessoas à vida com mais dignidade.

À medida que o SCS é frequentado, o processo de gentrificação do local é inevitável, portanto, entendeu-se a necessidade de conviver e fortalecer os vínculos com a comunidade em situação de vulnerabilidade social do local, constituída primordialmente por homens de 30 a 59 anos e em situação de rua, que em muitas vezes sofre com o desamparo do estado e depende das organizações da sociedade civil para sua própria subsistência. (NO SETOR, 2020)

Figura 10 – Relação de pessoas em situação de rua que foram afetadas pelo projeto atuante no Setor Comercial Sul.



Fonte: No Setor (2021).

Figura 11 – DF Legal recolhe doações e documentações fornecidas pelo Instituto No Setor às pessoas em situação de rua no Setor Comercial Sul.



Foto: TV Globo/Reprodução (2020).

Figura 12 – Horta comunitária do Setor Comercial Sul é destruída pela Novacap.



Foto: Divulgação, Coletivo Aroeira (2021).

Como esse, há tantos outros exemplos de projetos culturais e sociais que acontecem no Distrito Federal, que possibilita visualizar que há a reivindicação da população pelo seu espaço e pela luta na diminuição de desigualdades e em defesa do direito à cidade.

Lugar onde os movimentos sociais se fazem presentes e atuantes; onde a dança e a música popular se transformam em discursos e protestos; pondo em relevo o cotidiano dos vulneráveis, das “minorias”, dos excluídos, por meio da exaltação da vida. (ALVES, 2020, p. 155)

Os movimentos populares são importantes para mostrar novas formas de usos dos espaços, enaltecer reivindicações do povo, que sem necessariamente alterar patrimônio da cidade, conseguem ressignificar os espaços, e trazer novas formas de identificação da população com o meio.

Quando se reconhece a importância da integração popular local no planejamento da cidade, é possível alcançar narrativas satisfatórias enquanto aos usos dos espaços, manutenção dos equipamentos da cidade, e dos recursos públicos, porém encontramos uma dualidade significativa presente em Brasília, dado que “El control sobre el espacio público es primordial para las clases dominantes ya que allí es donde los sectores populares ejercitan su soberanía”. (COSTA, 2017, p. 65)

Essa participação popular perde espaço, no momento em que seus interesses conflitam aos interesses das classes dominantes que estão, primordialmente, nas tomadas de decisões.

A partir disso, movimentos sociais se tornam extremamente necessários na luta ao direito a cidade, que mesmo sofrendo constante intervenções opressivas do Estado, estão em constante apropriação de espaços públicos colocam em questão essas tomadas de decisões, a ressignificação dos usos dos espaços, e possibilitam ativações populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Por mais que o turismo esteja constantemente sendo utilizado como um *Marketing* para destinos, sua mobilização é capaz de interferir diretamente nas construções das dinâmicas sociais e territoriais, sendo considerado uma possibilidade de ativação do imaginário, seja como ferramenta para reforçar ou reestruturar a imagem de um lugar.

Se o imaginário é interpretação do espaço real, através dele também se constitui novas territorialidades. A partir disso, com base na interpretação teórica dos autores e colaboração da comunidade através das entrevistas aqui analisadas (em nível de monografia), podemos visualizar uma forte relação do imaginário de moradores e trabalhadores da capital na sustentação imagética das vulnerabilidades e conflitos sociais presentes do Plano Piloto turistificado, mesmo que em segundo plano, dada a pressão constante do Estado em preservar os interesses das classes privilegiadas.

Dada a grande imponência na representação da imagem de Brasília com seus símbolos e simbolismos monumentais, muitas vezes agarrados ao turismo para se firmar, é natural à continua reprodução do imaginário imposto pela população local.

Porém, seja através de evidenciar as problemáticas da cidade, seja pela exaltação de novas formas de olhar a cidade, através do turismo pode-se alcançar, também, perspectivas novas e singulares que beneficie a população local, parte crucial no processo de revitalização e construção territorial.

Como apresenta Costa (2017), na sociedade da fluidez, do capital financeiro e da 'possível' mobilidade máxima de pessoas pelo território, o fenômeno turismo (dinamizado no setor dos serviços) pode ser atributo, também, de valoração social por meio dos bens negados na história latinoamericana.

Este estudo sugere que a história oficial é um recorte muito pequeno da complexa formação da capital federal, e que o Estado vem utilizando-se do turismo para manter essa narrativa.

Sendo assim, o turismo, enquanto fenômeno sistêmico e complexo, pode ser instrumento fundamental para a resignificação dessa história, dado que a partir dele pode se acessar territorialidades e encontrar conexões que envolvam

moradores e sítios atrativos, seja para o trabalho, seja para o conhecimento da própria história da capital.

Essa integração já foi enfatizada por Costa (2017), quando coloca que “tais territórios [Regiões Administrativas do Distrito Federal], ativado seu patrimônio-territorial, poderiam estabelecer conexão de atratividade com o Plano Piloto”, trazendo à tona (tanto para o turista, como para a população local) uma nova história, uma nova percepção sobre o Plano Piloto turistificado, e talvez, assim, um novo imaginário da população local em relação à capital.

O patrimônio-territorial, assim, é apresentado como um “utopismo”, ou seja, faz-se de um exercício intelectual ou fundamento para transformar as situações espaciais presentes, lançando-se ao futuro (...) as utopias são ambíguas, partem de um diagnóstico da realidade dos fatos, a fim de lançarem-se à ação (...). Propõe um pensar de propostas e projetos para o futuro, que objetivem o minimizar dos danos (ambientais, econômicos e políticos) produzidos à humanidade. (ALVES, 2017, p. 10)

Pode-se falar aqui de uma transformação utópica das estruturas de poder, para garantir a participação popular regulamentada na gestão do Plano Piloto turistificado e em prol de uma população mais diversa a se apropriar do mesmo, que convergem na necessidade de mais acesso, novos usos e novas narrativas.

Enquanto isso, porém, não se vê, até o momento, um interesse intrínseco na manutenção cultural do centro da capital, como o Teatro Nacional Cláudio Santoro (Figura 8), considerado um dos poucos espaços do Brasil com capacidade de receber grandes espetáculos internacionais, e que hoje se encontra fechado, fora desse circuito. O Estado alega falta de orçamento para a sua revitalização e reativação. Em contrapartida, estuda-se, concomitante, aprovar a construção de um novo Museu da Bíblia no Eixo Monumental.

Ativar esses bens para a população local pode ser alternativa de minimização de conflitos e difusão de um outro imaginário sobre o Plano Piloto, mais acessível e acolhedor.

Se não há sentimento de pertencimento e imaginário de agregação popular, não há mobilização e não há políticas públicas direcionadas aos moradores e trabalhadores, e ainda vinculados ao turismo. Parte fundamental da construção desse processo de identificação está no imaginário popular, dado que, através do imaginário, é possível deslocar as dinâmicas sociais no espaço.

Com a presente pesquisa, foi possível entrar em contato com a complexidade que compõe o Plano Piloto turistificado, onde o imaginário tem papel importante nos conflitos territoriais identificados.

Esses conflitos territoriais se expressam no trabalho, e muito mais na relação turismo, imaginário e poder, dado que, em consonância, podemos ver o Estado priorizando classes privilegiadas, evidenciando-os a partir do imaginário imposto da Brasília da política e do poder. Por outro lado, vemos uma população local, composta de moradores e trabalhadores, que reproduzem o imaginário imposto, mas reinvocam o direito à cidade, realçando a existência de um imaginário dúbio na interpretação da Capital como experiência individual.

Em ambas às vias percebemos o fenômeno do turismo presente, capaz de impulsionar narrativas, imaginários, mas também realçar os conflitos territoriais existentes, a partir de um olhar cuidadoso às vulnerabilidades sociais resultantes das relações sociais no espaço e de poder.

Com os dados coletados da pesquisa aplicada, e perpassando pelos conflitos existentes no Plano Piloto turistificado, percebeu-se algumas evidências do imaginário popular como grande mantenedor das imagens e discursos reproduzidos pelo Estado, como representações de uma ideologia do poder.

O que podemos concluir é que sim, existe no imaginário de trabalhadores e residentes da capital uma relação de identificação e repulsa ao Plano Piloto turistificado, dado que as imagens representativas que compõem a percepção da população local estão ligadas, principalmente, às estruturas que abrigam os poderes e fazem parte do Plano Piloto turistificado, mesmo que, ao mesmo tempo, não sejam os locais que mais frequentam, e também não reconhecem a capital, necessariamente, ligada à política.

Esses aspectos foram importantes para que, no futuro, possamos reconhecer de forma mais concreta o lugar especial do imaginário no direcionamento do direito à cidade e novas territorialidades populares na capital do Brasil.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, J. Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal. Rio de Janeiro, 1955. Endereço: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182975>

ALVES, V. J. R. Formação socioespacial e patrimônio-territorial latino-americano: resistência negra pelas rodas de samba do Distrito Federal, Brasil. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 3(6), 150-166, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.32194>

BENI, M. & MOESCH, M. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. *Turismo, Visão e Ação. Periódicos UNIVALI*, V.19, n.3, 430-457, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v19n3.p430-457>

BISCO, A. Da perspectiva edênica à concepção paisagística de Brasília, cidade parque. *Patryter – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 3(6), 35-50, 2020. DOI: [10.26512/patryter.v3i6.26965](https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.26965)

BURSZTYN, M.; ARAÚJO, C. Da utopia à exclusão: Vivendo nas ruas em Brasília. Rio de Janeiro, Garamond, 1997.

CODEPLAN. Pesquisa Distrital por amostra de domicílios – PDAD 2018. Brasília: Codeplan, 2018. Endereço: http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/PDAD_DF-Grupo-de-Renda-compactado.pdf

COSTA, E. & STEINKE, V. Brasília e áreas protegidas do cerrado: gestão do patrimônio mundial do Brasil central. 1(2), 117-147, 2012. Endereço: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11799>

COSTA, E. Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura. *Tempo Social*, 33(1), 91-120, (2021). DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.164522>

COSTA, E. B. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia.” *Cuadernos de Geografía*, v. 26, 53-75, 2017. DOI: [10.15446/rcdg.v26n2.59225](https://doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225)

COSTA, E. B. & ALVARADO-SIZZO, I. Heterotopia patrimonial: concepto para estudios latinoamericanos. *Scripta Nova-Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales*, 1-22, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1344/sn2019.23.22329>

COSTA, E. B.; SILVEIRA, B.; SEVERO, D.; ARAÚJO, E.; BESERRA, F.; CARMO, T. Metropolização, patrimonialização e potenciais de conflitos socioterritoriais em Brasília - DF. *Espaço e Geografia (UnB)*, v. 15, 325-367, 2013. Endereço: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/252>

COSTA, E. B.; FIGHERA, D.; SIZZO, I.; OLIVEIRA, R. Retos geográficos em tempos de pandemia y la actualidad de Milton Santos. *Patryter – Revista*

Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, 4(8), 2021.
Endereço: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/39087>

COSTA, E. B. & PELUSO, M. L. Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil. *Biblio 3w* (Barcelona), v. XXI, 1-36, 2016.
Endereço:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20054/1/ARTIGO_ImaginarioUrbano.pdf

COSTA, E. B & SUZUKI, J. C. A ideologia espacial constitutiva do Estado nacional brasileiro. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (6). Endereço: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-6.htm>

COSTA, L.; Plano Piloto de Brasília: Relatório Lúcio Costa. *Jornal Correio Brasiliense*, 1957. Endereço: <http://doc.brazilia.jor.br/plano-piloto-Brasilia/relatorio-Lucio-Costa.shtml>

FRATUCCI, A. C. Os Lugares Turísticos: Territórios do Fenômeno Turístico. *GEOgraphia*, 2(4), 121-133, 2000. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2000.v2i4.a13390>

FRATUCCI, A.C. Turismo e território: relações e complexidades. *Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo*. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, 87-96, 2014. Endereço: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1018>

GALBINSKI, J. Competição espacial em Brasília. In: A. PAVIANI (Org). *Urbanização e Metropolização: A gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília, Universidade de Brasília, 1987.

GASTAL, S. *Turismo, imagens e imaginários*. São Paulo: Aleph, 2005.

GRAVARI-BARBAS, M.; GRABURN, N.; *Imaginários turístico*. Paris, 2012. DOI: <http://journals.openedition.org/viatourism/1189>

IPHAN. *Patrimônio Mundial Cultural e Natural*. Brasília, DF, 2010. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/31>

IPHAN. *Plano Piloto 50 anos: Cartilha de preservação de Brasília*. Brasília, 2010.

LAPLANTINE, F.; TRINDADE, L. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LIMA, T. O imaginário utópico nos cinejornais da construção de Brasília. *Revista Transversos*, 19, 16-42, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/transversos.2020.52235>

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Mapa do turismo brasileiro. Programa de Regionalização do Turismo*, 2019. Endereço: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapa.pdf

MOESCH, M. & BENI, M. C. Do discurso sobre a ciência do turismo para a ciência do turismo. São Paulo: ANPTUR, 2015. Endereço: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/48.pdf>

NO SETOR. Página Sobre nós. Brasília, 2020. Endereço: <https://nosetor.com.br/sobre/>

RODRIGUES, W. Metodologia Científica. Rio de Janeiro: FAETEC, Paracambi, 2007. Endereço: http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf

SANTOS, M. O Espaço do Cidadão, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. O Espaço Dividido: Os dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 2004.

SOTRATTI, M. A. O turismo como estratégia de desenvolvimento socioespacial: conexões e desconexões de áreas turisticadas com as dinâmicas socioespaciais das cidades. Caderno Virtual de Turismo (UFRJ), v. 14, 39-51, 2014.

SOUSA, N.; MACHADO, M.; JACCOUD, L. Taguatinga: uma história candanga. In: PAVIANI, A. (Org). Urbanização e Metropolização: A gestão dos conflitos em Brasília. Brasília, Universidade de Brasília, 1996.

SOUZA, M. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: refletindo sobre o espaço banal. Um ensaio geográfico. Patryter – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, 2(4), 1-17, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.26485>

TAMASO, I. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 8(2), 13-36, 2005. <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/1008/1203>

TORRES, F. Imigração cresce e moradores de rua estrangeiros se espalham pelo DF. Metrôpoles, Brasília, 23 de outubro, 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/imigracao-cresce-e-moradores-de-rua-estrangeiros-se-espalham-pelo-df>

WISNIK, G. O RISCO: Lucio Costa e a utopia moderna. Bang Bang Filmes, 2003.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO AOS TRABALHADORES E MORADORES DO PLANO PILOTO

02/11/2021 06:46

A experiência de viver Brasília

A experiência de viver Brasília

Pesquisa direcionada ao Trabalho de conclusão de curso para o Centro de Excelência em Turismo.

1. Em qual cidade e estado você reside?

2. Qual sua idade?

3. Já visitou Brasília (Plano Piloto)?

Mark only one oval.

- Sim
- Não, mas tenho interesse
- Não, e não tenho interesse

4. Qual a imagem que vem à sua mente quando pensa em Brasília (Plano Piloto)?

5. Caso tenha visitado Brasília (Plano Piloto), qual foi a finalidade?

Check all that apply.

- É meu local de residência
- É meu local de trabalho/estudos
- Viagem a trabalho
- Viagem a lazer

Other: _____

6. Quais lugares já visitou?

Check all that apply.

- Congresso Nacional
- Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida
- Esplanada dos Ministérios
- Memorial JK
- Memorial dos Povos Indígenas
- Museu vivo da Memória Candanga
- Museu Nacional da República
- Biblioteca Nacional
- Teatro Nacional Cláudio Santoro
- Parque da Cidade Sarah Kubitschek
- Parque Nacional de Brasília
- Museu do Catetinho
- Lago Paranoá
- Bares e restaurantes localizados na Asa Norte
- Bares e restaurantes localizados na Asa Sul
- Atividades culturais na Asa Norte
- Atividades culturais na Asa Sul
- Espaço Cultural Renato Russo
- Complexo Cultural Funarte Brasília
- Shoppings

Other: _____

7. Na sua opinião, quais características descrevem melhor o que é o Plano Piloto para você?

8. O que você já escutou sobre a capital que não corresponde com a sua percepção sobre Brasília?

Aos trabalhadores e residentes do DF e entorno

Caso você seja somente turista em Brasília, poderá pular essa sessão.

9. Costuma realizar atividades no Plano Piloto em seu tempo livre?

Mark only one oval.

- Sim, desfruto de atividades e sou morador do Plano Piloto
- Sim, somente trabalho no Plano Piloto e desfruto de atividades no Plano Piloto
- Sim, não sou morador e não trabalho no Plano Piloto, mas desfruto a cidade em momentos de lazer
- Não, realizo atividades em minha região administrativa
- Other: _____

10. Quais locais do Plano Piloto costuma frequentar no seu momento de lazer?

*Exemplo: Bares da Asa Sul, Cine Drive In, Correr no eixo...

11. Quais localidades NÃO costuma frequentar no seu dia a dia para lazer?

Check all that apply.

Eixo Monumental/Centro da cidade (Ex: Congresso Nacional, Catedral Metropolitana, Setor comercial Sul/Norte)

Eixo Sul (Ex: Bares e restaurantes, comércio, eixão do lazer, viva w3)

Eixo Norte (Ex: Bares e restaurantes, comércio, eixão do lazer)

Lago Sul (Ex: Pontão do Lago Sul, Shopping)

Lago Norte (Ex: Shopping, comércio, Deck norte)

Other: _____

12. Porque não frequenta esses lugares?

Check all that apply.

Falta de opção de serviços

Falta de interesse / não acho atrativo

Falta de segurança/ me sinto inseguro/insegura

Não conheço bem a região

Falta de transporte/ Longe da minha residência

Other: _____

13. Cite problemas identificados por você que deveriam ser solucionados em Brasília?
(Ex: calçadas, pessoas em situação de rua, trânsito)

14. Em sua percepção, o que poderia melhorar a sua vivência em Brasília?

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms